



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVII — Nº 195

QUARTA-FEIRA, 18 DE NOVEMBRO DE 1992

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Mauro Benevides, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 74, DE 1992

Aprova o texto do Protocolo sobre Privilégios e Imunidades da Organização Internacional de Telecomunicações Marítimas por Satélite — INMARSAT, concluído em Londres, a 1º de dezembro de 1981.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado, com reserva ao art. 17, o texto do Protocolo sobre Privilégios e Imunidades da Organização Internacional de Telecomunicações Marítimas por Satélite — INMARSAT, concluído em Londres, a 1º de dezembro de 1981.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de novembro de 1992. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

PROTOCOLO SOBRE PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES MARÍTIMAS POR SATÉLITE (INMARSAT)

Os Estados Partes deste Protocolo,

Considerando a Convenção sobre a criação da Organização Internacional de Telecomunicações Marítimas por Satélite (INMARSAT) e o Acordo Operacional abertos à assinatura em Londres a 3 de setembro de 1976 e, em particular, os Artigos 25) e 26), parágrafo 4) da Convenção,

Considerando que a INMARSAT concluiu Acordo de Sede com o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, a 25 de fevereiro de 1980,

Considerando que o objeto do presente Protocolo é o de facilitar a realização do objetivo da INMARSAT e de garantir a boa implementação de suas funções,

Convieram no seguinte:

ARTIGO I

Uso dos Termos

Para as finalidades deste Protocolo:

a) o termo “Convenção” designa a Convenção sobre a criação da Organização Internacional de Telecomunicações Marítimas por Satélite (INMARSAT), incluído seu Anexo, aberta à assinatura em Londres, a 3 de setembro de 1976;

b) a expressão “Acordo Operacional” designa o Acordo Operacional relativo à Organização Internacional de Telecomunicações Marítimas por Satélite (INMARSAT), incluído seu Anexo, aberto à assinatura em Londres, a 3 de setembro de 1976;

c) a expressão “Parte da Convenção” designa um Estado para o qual a Convenção entrou em vigor;

d) a expressão “Parte que abriga a Sede” designa a Parte da Convenção em cujo território a INMARSAT estabeleceu sua sede;

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
 Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MALA
 Diretor Executivo
CARLOS HOMERO VIEIRA NINA
 Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS BASTOS
 Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
 Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
 Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

e) o termo "Signatário" designa uma Parte do Protocolo ou um organismo designado por uma parte do Protocolo para as quais o Acordo Operacional entrou em vigor;

f) a expressão "Parte do Protocolo" designa um Estado para o qual o presente Protocolo entrou em vigor;

g) a expressão "membro do pessoal" designa o Diretor-Geral e toda pessoa empregada em tempo integral pela INMARSAT e submetida ao Estatuto do Pessoal da INMARSAT;

h) por "representantes", no caso das Partes do Protocolo, da Parte que abriga a sede e dos signatários, deve-se entender os representantes junto à INMARSAT e, em cada caso, se trata dos chefes de delegação, seus suplentes e seus conselheiros;

i) a palavra "arquivos" designa o conjunto de manuscritos, correspondência, documentos, fotografias, filmes, registros óticos e magnéticos, registro de dados, representações gráficas e programas de computadores pertencentes à INMARSAT ou em utilização, na INMARSAT;

j) a expressão "atividades oficiais da INMARSAT" designa as atividades levadas a efeito pela Organização decorrentes da aplicação de seu objetivo, tal como definido na Convenção e compreendendo suas atividades administrativas;

k) por "perito", entende-se toda pessoa que não membro do pessoal nomeado para executar tarefa específica para a INMARSAT, ou à sua conta e às suas expensas;

l) a expressão "segmento espacial da INMARSAT" designa os satélites, bem como as instalações e equipamentos de rastreamento de teledados, de telecomando, de controle e de monitoramento e as instalações e equipamentos conexos necessários ao funcionamento destes satélites dos quais a INMARSAT é proprietária ou locatária;

m) o termo "bens" abrange tudo que possa ser sujeito de direito de propriedade, incluindo os direitos contratuais.

ARTIGO 2**Imunidade de Jurisdição e de Execução da INMARSAT**

1. A menos que tenha renunciado expressamente em um caso específico, a INMARSAT se beneficiará de imunidade de jurisdição no quadro de suas atividades oficiais, exceto no que se refere a:

a) suas atividades comerciais;

b) uma ação civil impetrada por um terceiro em relação a danos resultantes de acidente causado por veículo automóvel ou outro meio de transporte que pertençam à INMARSAT

ou que circule a seu serviço, ou uma infração às regras de tráfego que envolvam tais meios de transporte;

c) o pagamento de salários e emolumentos, incluindo as somas decorrentes de direitos à pensão, devidos pela INMARSAT a um membro ou a um antigo membro do pessoal, em decorrência de decisão jurídica definitiva;

d) um pedido de reconsideração diretamente ligado a uma ação judicial impetrada pela INMARSAT.

2. Não obstante as disposições do parágrafo 1), nenhuma ação que trate de direitos e obrigações em decorrência da Convenção ou do Acordo Operacional pode ser impetrada contra a INMARSAT diante dos tribunais das Partes do presente Protocolo pelas Partes da Convenção, seus signatários ou procuradores destes últimos.

3.a) O segmento espacial da INMARSAT, onde quer que se encontre e qualquer que seja seu detentor, está isento de toda busca, restrição, detenção, apreensão, confisco, expropriação, seqüestro, ou qualquer forma de ação executiva, administrativa ou judiciária;

b) todos os outros bens e haveres da INMARSAT, onde quer que se encontrem e quaisquer que sejam seus detentores, gozam das imunidades enunciadas na alínea a) do parágrafo 3º, exceto quando se tratar:

i) de ação ou execução por efeito de aplicação de decisão jurídica definitiva com relação a uma das ações que possam ser impetradas contra a INMARSAT em decorrência do parágrafo 1º;

ii) de qualquer medida tomada em conformidade com a legislação do Estado interessado, enquanto essa medida for necessária temporariamente para a prevenção de acidentes que envolvam veículos automotores ou outros meios de transporte que pertençam à INMARSAT ou utilizados para seus serviços;

iii) de desapropriação de bens imóveis para fins de utilidade pública, sob reserva de pagamento imediato de indenização justa, desde que a referida desapropriação não traga prejuízo às funções e atividades da INMARSAT.

ARTIGO 3**Inviolabilidade dos Arquivos**

Os arquivos da INMARSAT são invioláveis, onde quer que se encontrem e quaisquer que sejam seus detentores.

ARTIGO 4

Isenção de Taxas e Impostos

1. No quadro de suas atividades oficiais, a INMARSAT está isenta de todo imposto nacional direto, bem como de todas as demais taxas que não estão normalmente incluídas nos preços das mercadorias ou dos serviços. Seus bens e rendas se beneficiam da mesma isenção.

2. Se, no âmbito de suas atividades oficiais, a INMARSAT adquire mercadorias ou recorre a serviços de valor substancial, e se o preço destas mercadorias ou serviços compreende taxas ou impostos, as Partes do Protocolo tomarão, sempre que possível, as medidas apropriadas, com vistas ao reembolso do montante das referidas taxas ou impostos.

3. No âmbito de suas atividades oficiais, a INMARSAT está isenta de todo direito alfandegário, e de toda e qualquer outra taxa e despesas afins relativas ao segmento espacial INMARSAT e aos materiais e instalações referentes ao lançamento de satélites destinados a fazer parte do segmento espacial INMARSAT.

4. As mercadorias adquiridas pela INMARSAT no âmbito de suas atividades oficiais estão isentas de toda e qualquer proibição ou restrição de importação e exportação.

5. Nenhuma isenção será concedida aos bens adquiridos ou as serviços realizados pela INMARSAT para benefício pessoal de seus membros de pessoa.

6. Nenhuma isenção será concedida aos bens adquiridos ou as serviços realizados pela INMARSAT para benefício pessoal de seus membros de pessoa.

7. As mercadorias isentas em virtude das disposições do presente Artigo não deverão ser cedidas, alugadas ou emprestadas, a título temporário ou permanente, nem vendidas, a menos que tal ocorra em decorrência de condições acordadas pela Parte do Protocolo que tenha concedido a isenção.

8. Os pagamentos efetuados pela INMARSAT em benefício dos signatários, de conformidade com o Acordo Operacional, estão isentos de todo e qualquer imposto nacional por toda Parte que tenha designado o signatário.

ARTIGO 5

Fundos, Divisas e Valores

A INMARSAT pode receber ou deter fundos, divisas ou valores de qualquer natureza e dispor dos mesmos para todas as suas atividades oficiais. Pode ter contas em qualquer moeda na medida necessária para satisfazer suas obrigações.

ARTIGO 6

Comunicações e Publicações Oficiais

1. Para suas comunicações oficiais e para a transmissão de todos seus documentos, a INMARSAT se beneficiará, no território de cada Parte do Protocolo, de tratamento ao menos tão favorável quanto o que é geralmente concedido aos organismos intergovernamentais equivalentes no que respeita às prioridades, às tarifas e taxas aplicáveis aos correios e aos diferentes tipos de telecomunicações, na medida em que tal tratamento seja compatível com todos os acordos internacionais dos quais a parte do Protocolo seja igualmente signatária.

2. Para suas comunicações oficiais, a INMARSAT pode se utilizar de todos os meios apropriados de comunicação, inclusive empregar códigos. As Partes do Protocolo não impõem nenhuma restrição às comunicações oficiais ou à circulação

de suas publicações oficiais. Nenhuma censura será exercida sobre essas comunicações e publicações.

3. A INMARSAT só poderá instalar e utilizar estação de rádio mediante o consentimento da Parte do Protocolo interessada.

ARTIGO 7

Membros do Pessoal

1. Os membros do pessoal da INMARSAT:

a) gozam de imunidade de jurisdição, mesmo após o término de seus serviços para a INMARSAT, para os atos, inclusive palavras escritas ou faladas, no exercício de suas funções oficiais e dentro dos limites de seus deveres. Entretanto não haverá imunidade com relação a infração cometida por membro do pessoal à regulamentação de tráfego de veículos, nem em caso de danos causados por veículo automotor, ou outro meio de transporte que pertença ao referido membro ou seja conduzido pelo mesmo.

b) estão isentos, bem como os membros de sua família que com os mesmos conviveram, de toda obrigação relativa ao serviço nacional, incluindo o serviço militar;

c) gozam de inviolabilidade para todos os documentos oficiais relativos ao exercício de suas funções no quadro das atividades oficiais da INMARSAT;

d) não serão submetidos, bem como os membros de sua família que com os mesmos conviveram, a medidas restritivas relativas a imigração e às formalidades de registro de estrangeiros;

e) se beneficiam, em matéria de controle monetário, do mesmo tratamento que é normalmente concedido a funcionários de organismos intergovernamentais;

f) gozam, bem como os membros de sua família que com os mesmos conviveram, das mesmas facilidades de repatriação que os membros do pessoal de organismos intergovernamentais em período de crise internacional;

g) gozam de direito de importar com franquias seu mobiliário e bens pessoais, incluindo veículo automotor; em sua primeira instalação no Estado interessado, bem como do direito de exportar tais bens com franquias quando da cessação de suas funções no mesmo Estado, em conformidade, num e noutro caso, com as leis e regulamentos adotados pelo Estado interessado. No entanto, os bens que tenham sido isentos em virtude das disposições da presente alínea, não deverão ser cedidos, alugados ou emprestados, a título permanente ou temporário, ou vendidos, a menos que tal ocorra em decorrência da aplicação das leis e regulamentos mencionados.

2. Os salários e emolumentos pagos aos membros do pessoal pela INMARSAT estão isentos do Imposto de Renda a contar da data em que os salários dos referidos membros do pessoal estiverem sujeitos a uma dedução pela INMARSAT, em benefício próprio. As partes do Protocolo poderão levar em consideração estes salários e emolumentos para calcular o montante dos impostos a serem aplicados a rendas provenientes de outras fontes. As Partes do Protocolo não se obrigam a conceder isenção de imposto sobre a renda sobre pensões e rendas vitalícias que os ex-membros do pessoal recebam.

3. Desde que estejam protegidos por um sistema de previdência social instituído pela INMARSAT, os membros do pessoal e a própria Organização estarão isentos de toda contribuição obrigatória aos sistemas nacionais de previdência social. Esta isenção não exclui a participação voluntária em um sistema nacional de previdência social, em conformidade

com as leis da Parte do Protocolo em apreço; nem obriga a nenhuma das Partes do Protocolo a efetuar pagamento de benefícios em decorrência de sistema de previdência social, aos membros do pessoal que estejam isentos de conformidade com o disposto no presente parágrafo.

4. As Partes do Protocolo não se obrigarão a acordar a seus nacionais ou residentes permanentes os privilégios e imunidades referidos nas alíneas b, d, e, f, e g do § 1.

ARTIGO 8

Diretor Geral

1. Além dos privilégios e imunidades estipulados no art. 7 para os membros do pessoal, o Diretor-Geral gozará de:

- a) imunidade de prisão e detenção;
- b) imunidade de jurisdição e de execução civil e administrativas, idênticas às acordadas e agentes diplomáticos, exceto em caso de danos ocasionados por veículo automotor ou outro meio de transporte de sua propriedade ou conduzido por ele;
- c) imunidade total de jurisdição penal, exceto em caso de infração ao código de trânsito, causada por veículo automotor ou outro meio de transporte de sua propriedade ou conduzido por ele, reservado o disposto na alínea a acima.

2. As Partes do Protocolo não se obrigarão a outorgar a seus nacionais ou residentes permanentes as imunidades a que se refere o presente Artigo.

ARTIGO 9

Representantes das Partes

1. Os representantes das Partes do Protocolo e os representantes da Parte que abriga a Sede gozarão, durante o exercício de suas funções oficiais e no curso de suas viagens ao local da reunião e regresso, dos seguintes privilégios e imunidades:

- a) imunidades de toda forma de prisão e detenção enquanto se encontram a espera de julgamento;
- b) imunidade de jurisdição, mesmo após término da missão, com relação aos atos realizados no exercício de suas funções oficiais, inclusive palavras escritas ou faladas; no entanto, tal imunidade não será considerada em caso de infração ao código de trânsito cometida por um representante, nem em caso de danos causados por veículo automotor ou outro meio de transporte de sua propriedade ou conduzido por ele;
- c) inviolabilidade de todos seus documentos oficiais;
- d) isenção, extensiva aos membros de sua família, que com ele convivam, de toda medida restritiva em matéria de imigração e de formalidade de registro de estrangeiros;
- e) o mesmo tratamento, relativo a câmbio, que o acordado aos representantes de Governos estrangeiros em missão oficial temporária;
- f) o mesmo tratamento, em matéria de controle aduaneiro de suas bagagens pessoais, que o acordado aos representantes de Governo estrangeiro em missão oficial temporária.

2. As disposições do parágrafo 1º não serão aplicadas às relações entre uma Parte do Protocolo e seus representantes. Por outro lado, as disposições das alíneas a, d, e e f do § 1º não são aplicáveis às relações entre uma Parte do Protocolo e seus próprios nacionais ou residentes permanentes.

ARTIGO 10

Representantes dos Signatários

1. Os representantes dos Signatários e aqueles do Signatário da Parte que abriga a sede gozarão, durante o exercício

de suas funções oficiais relativas aos trabalhos da INMARSAT e no curso de suas viagens ao lugar da reunião e regresso, dos seguintes privilégios e imunidades:

a) imunidade de jurisdição, mesmo após o término da missão, relativa aos atos que executem no exercício de suas funções oficiais, inclusive suas manifestações verbais ou escritas; no entanto, tal imunidade não será considerada, em caso de infração do código de trânsito, cometida por um representante nem em caso de danos ocasionados por veículo automotor ou outro meio de transporte de sua propriedade ou conduzido por ele;

b) inviolabilidade de todos os seus documentos oficiais;

c) o mesmo tratamento, relativo a câmbio e controle de divisas, que o acordado aos membros do pessoal das organizações intergovernamentais;

d) isenção, extensiva aos membros de sua família que com ele convivam, de toda medida restritiva em matéria de imigração e das formalidades de registro de estrangeiros.

e) idênticas facilidades, no que respeita a sua bagagem pessoal, que as acordadas aos peritos de outras organizações governamentais.

2. As partes do Protocolo não se obrigarão a outorgar a seus nacionais ou residentes permanentes os privilégios e imunidades a que se referem as alíneas c, d, e e do § 1º.

ARTIGO 11

Peritos

1. Os peritos, durante o exercício de funções oficiais no quadro das atividades da INMARSAT e no decurso de suas viagens para o posto de destino ou em proveniência do lugar de sua missão, gozam dos seguintes privilégios e imunidades:

a) imunidade de jurisdição, mesmo após o término de sua missão, no que respeita aos atos praticados por eles durante o exercício de funções oficiais, inclusive as suas manifestações orais e escritas; todavia, essa imunidade não se aplica no caso de infração de regulamentos de trânsito cometida por um perito, nem em caso de danos causados por veículo automotor ou outro meio de transporte que lhe pertença ou seja conduzido por ele;

b) inviolabilidade de todos os seus documentos oficiais;

c) o mesmo tratamento, no que concerne ao controle de câmbio, que é concedido ao pessoal das organizações intergovernamentais;

d) isenção, assim como para os membros de sua família que residem com eles, em relação às medidas restritivas à imigração e às formalidades de registro de estrangeiros;

e) as mesmas facilidades, no que respeita às suas bagagens pessoais, que são concedidas aos peritos de outras organizações intergovernamentais.

2. As Partes do Protocolo não podem conceder os privilégios e imunidades referidos nas alíneas c, d, e e do § 1º a seus cidadãos ou às pessoas que residem a título permanente no seu território.

ARTIGO 12

Notificação às Partes dos Nomes dos Membros do Pessoal e dos Peritos

O Diretor-Geral da INMARSAT notificará uma vez por ano, no mínimo, às Partes do Protocolo, os nomes e respectivas nacionalidades dos membros do pessoal e peritos aos quais as disposições dos arts. 7, 8 e 11 são aplicáveis:

ARTIGO 13

Renúncia dos Privilégios e Imunidades

1. Os privilégios, isenções e imunidades que estipula o presente Protocolo não serão concedidos em proveito particular de indivíduos, mas sim para o desempenho eficaz das funções oficiais dos mesmos.

2. Se, a critério das autoridades mencionadas a seguir, os privilégios e imunidades sejam consideradas como sendo de natureza a entrar a ação da justiça e, em todos os casos se possa renunciar aos mesmos sem prejuízo dos propósitos para os quais tenham sido outorgados, tais autoridades têm o direito e a obrigação de renunciar aos referidos privilégios e imunidades:

a) as Partes do Protocolo, no que respeita a seus representantes e aos representantes de seus Signatários;

b) O Conselho, no que respeita ao Diretor-Geral da INMARSAT;

c) o Diretor-Geral da INMARSAT, no que respeita aos membros do pessoal e peritos;

d) a Assembléia convocada, se for o caso, em período extraordinário de sessões, no que respeita à INMARSAT.

ARTIGO 14

Facilidades aos Indivíduos

As Partes do Protocolo adotarão todas as medidas oportunas para facilitar a entrada, a permanência e a saída dos representantes, membros do pessoal e peritos.

ARTIGO 15

Observância das Leis e Regulamentos

A INMARSAT e todas as pessoas que gozem de privilégios e imunidades em virtude do presente Protocolo, sem prejuízo das demais disposições do mesmo, respeitarão as leis e regulamentos das Partes do Protocolo interessadas e colaborarão a todo momento com as autoridades competentes das referidas Partes para garantir a observância de suas leis e regulamentos.

ARTIGO 16

Precauções

Cada uma das partes do presente Protocolo terá o direito de tomar todas as precauções necessárias no interesse de sua segurança.

ARTIGO 17

Solução de Controvérsias

Toda controvérsia entre as Partes do Protocolo ou entre a INMARSAT e uma das referidas Partes sobre a interpretação ou aplicação do Protocolo, será dirimida por via de negociação ou mediante outro procedimento acordado. Se a controvérsia não se solucionar em um prazo de doze (12) meses, as Partes da mesma poderão, de comum acordo, submetê-la à decisão de um tribunal composto de três árbitros. Dois deles serão eleitos, respectivamente, por cada uma das Partes na controvérsia, e o terceiro, que atuará como presidente de tribunal, será eleito pelos dois primeiros. Se os dois primeiros árbitros não chegarem a acordo quanto à eleição do terceiro em um prazo de dois (2) meses contados a partir da data de sua própria nomeação, o terceiro árbitro será eleito pelo Presidente da Corte Internacional de Justiça. O tribunal adotará seu próprio procedimento, e seus laudos serão inapeláveis e obrigatórios para as partes em litígio.

ARTIGO 18

Ajustes Complementares

A INMARSAT poderá celebrar ajustes complementares com quaisquer das Partes do Protocolo para tornar efetivas as disposições do presente Protocolo com relação à mencionada Parte, com o fim de garantir o funcionamento eficaz da INMARSAT.

ARTIGO 19

Assinatura, Ratificação e Adesão

1. O presente Protocolo estará aberto à assinatura em Londres, de 1º de dezembro de 1981 a 31 de maio de 1982.

2. Todas as Partes do Convênio, exceto a Parte que abriga a Sede, poderão tornar-se Partes do presente Protocolo mediante:

a) assinatura, sem reserva de ratificação, aceitação ou aprovação; ou

b) assinatura, sob reserva de ratificação, aceitação ou aprovação, seguida de ratificação, aceitação ou aprovação; ou

c) adesão.

3. A ratificação, aceitação, aprovação ou adesão efetuar-se-ão mediante depósito, junto ao Depositário, de instrumento adequado.

4. Reservas ao presente Protocolo poderão ser efetuadas de acordo com o direito internacional.

ARTIGO 20

Entrada em Vigor e Prazo de Vigência do Protocolo

1. O presente Protocolo entrará em vigor no trigésimo dia a contar da data em que dez das Partes da Convenção tenham cumprido as formalidades do § 2º do art. 19.

2. O presente Protocolo tornar-se-á sem efeito se a Convenção deixar de vigorar.

ARTIGO 21

Entrada em Vigor e Prazo de Vigência com Relação aos Estados

1. Com relação a um Estado que tenha cumprido as formalidades do § 2º do art. 19, após a entrada em vigor do presente Protocolo, este entrará em vigor no trigésimo dia a contar da data de assinatura ou do depósito do instrumento adequado junto ao Depositário pelo país interessado.

2. Qualquer das Partes do Protocolo poderá denunciá-lo mediante comunicação por escrito ao Depositário. A denúncia surtirá efeito doze (12) meses após a data em que o Depositário tenha recebido a comunicação, ou ao expirar um prazo mais longo a ser especificado na notificação.

3. Toda Parte do Protocolo deixará de ser Parte do Protocolo na data em que cessar de ser Parte da Convenção.

ARTIGO 22

Depositário

1. O Diretor-Geral da INMARSAT será o Depositário do presente Protocolo.

2. O Depositário notificará, particularmente e prontamente, a todas as partes da Convenção, sobre:

a) qualquer assinatura do Protocolo;

b) o depósito de qualquer instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão;

c) a data de entrada em vigor do presente Protocolo;

d) a data em que um Estado deixe de ser parte do presente Protocolo;

e) quaisquer outros assuntos relativos ao presente Protocolo.

3. Quando da entrada em vigor do presente Protocolo, o Depositário enviará cópia certificada do original à Secretaria das Nações Unidas, para que o Protocolo seja registrado e publicado, de conformidade com o artigo 102 da Carta das Nações Unidas.

ARTIGO 23

Textos Autênticos

O presente Protocolo é redigido em um único original, cujos textos em espanhol, francês, inglês e russo são igualmente autênticos, e será depositado junto ao Diretor-Geral da INMARSAT, o qual transmitirá cópia certificada do mesmo a cada uma das partes da Convenção.

EM FÉ DO QUE, os abaixo assinados, devidamente autorizados por seus respectivos Governos, para este fim, firmaram o presente Protocolo.

FEITO em Londres, no primeiro dia de dezembro de mil novecentos e oitenta e um.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Mauro Benevides, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 75, DE 1992

Aprova os textos da Convenção nº 140 e da Recomendação nº 148, referentes a "licença remunerada para estudos", adotadas na 59ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, em junho de 1974.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São aprovados os textos da Convenção nº 140 e da Recomendação nº 148, referentes a "licença remunerada para estudos", adotadas na 59ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, em junho de 1974.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de novembro de 1992. — Senador Mauro Benevides Presidente.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO

Convenção 140

Convenção relativa à licença-educação remunerada adotada pela Conferência em sua Quinquagésima

Nona Sessão,
Genebra, 24 de junho de 1974

CONVENÇÃO RELATIVA À LICENÇA REMUNERADA PARA ESTUDOS

A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, convocada em Genebra pelo Conselho Administrativo da Repartição Internacional do Trabalho e tendo ali se reunido a 5 de junho de 1974, em sua quinquagésima nona sessão; observando que o artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos do Homem preconiza que toda pessoa tem direito à educação;

Observando além disso o disposto nas Recomendações internacionais do trabalho existentes a respeito da formação profissional e da proteção dos representantes dos trabalhadores e relativas ao desligamento temporário dos trabalhadores e à concessão de tempo livre para lhes dar a possibilidade de participar de programas de educação ou de formação;

Considerando que a necessidade de educação e de formação permanentes, correspondendo ao desenvolvimento científico e técnico e à evolução das relações econômicas e sociais, exige medidas adequadas em matéria de licença para fins educativos e de formação para atender às aspirações, necessidades

e objetivos novos de ordem social, econômica, tecnológica e cultural;

Reconhecendo que a licença remunerada para estudos a ser considerada como um dos meios que permitem atender às necessidades reais de cada trabalhador na sociedade contemporânea; considerando que a licença remunerada para estudos deveria ser concebida em função de uma política da educação e formação permanente a ser concretizada de modo progressivo e eficiente;

Após ter decidido adotar diversas propostas sobre a licença para estudos, questão que constitui o quarto ponto da agenda da sessão;

Após ter decidido que essas propostas deveriam tomar a forma de uma Convenção internacional;

Adota neste vigésimo quarto dia do mês de junho de mil novecentos e setenta e quatro, a seguinte Convenção abaixo, que será denominada Convenção relativa à licença remunerada para estudos.

ARTIGO 1

Na presente Convenção, a expressão "licença remunerada para estudos" significa uma licença concedida a um trabalhador para fins educativos por um determinado período, durante as horas de trabalho, com o pagamento de prestações financeiras adequadas.

ARTIGO 2

Qualquer Membro deverá formular e aplicar uma política que vise à promoção por métodos adaptados às condições

e usos nacionais e eventualmente por etapas, da concessão de licença remunerada para estudos com os fins de:

- a) formação em todos os níveis;
- b) educação geral, social ou cívica;
- c) educação sindical.

ARTIGO 3

A política mencionada no Artigo anterior deverá ter como finalidade contribuir, de acordo com as diferentes modalidades necessárias para:

a) a aquisição, o aperfeiçoamento e a adaptação das qualificações necessárias ao exercício da profissão ou da função assim como a promoção e a segurança do emprego frente ao desenvolvimento científico e técnico e às mudanças econômicas e estruturais;

b) a participação competente e ativa dos trabalhadores e de seus representantes na vida da empresa e da comunidade;

c) a promoção humana, social e cultural dos trabalhadores;

d) de modo geral, a promoção de uma educação e formação permanentes adequadas, auxiliando os trabalhadores e se adaptarem às exigências de sua época.

ARTIGO 4

Essa política deverá levar em conta o estado de desenvolvimento e das necessidades específicas do país e dos diversos setores da atividade em coordenação com as políticas gerais relativas ao emprego, à educação, à formação e à duração do trabalho e levar em consideração, nos casos adequados, as variações sazonais da duração e do volume de trabalho.

ARTIGO 5

A concessão da licença remunerada para estudos será determinada pela legislação nacional, as convenções coletivas, as sentenças arbitrais, ou de qualquer outra maneira, de acordo com a prática nacional.

ARTIGO 6

As autoridades públicas, as organizações de empregadores e de trabalhadores, as entidades ou organismos que ministram a educação e a formação deverão ser associados, de acordo com modalidades adequadas às condições e prática nacionais, à elaboração e aplicação da política que visa a promover a licença remunerada para estudo.

ARTIGO 7

O financiamento das disposições relativas à licença remunerada para estudo deverá ser assegurado de modo regular, adequado e conforme a prática nacional.

ARTIGO 8

A licença remunerada para estudos não deverá ser recusada aos trabalhadores por motivo de raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social.

ARTIGO 9

Se necessário for, disposições especiais relativas à licença remunerada para estudos deverão ser tomadas:

a) quando determinadas categorias de trabalhadores tiverem dificuldades em se beneficiarem das disposições gerais, por exemplo os trabalhadores das pequenas empresas, os trabalhadores rurais ou outros que residem em áreas isoladas, os trabalhadores lotados em trabalhos feitos em equipe ou os trabalhadores com encargos de família;

b) quando categorias especiais de empresas, por exemplo as pequenas empresas ou as empresas sazonais, encontrarem dificuldades para aplicar as disposições gerais, ficando entendido que os trabalhadores ocupados nessas empresas não serão excluídos do benefício da licença-educação remunerada para estudos.

ARTIGO 10

As condições exigidas aos trabalhadores para que se beneficiem da licença remunerada para estudo poderão variar conforme a licença para estudo tenha sido concedida para:

- a) a formação, em qualquer nível;
- b) a educação geral, social ou cívica;
- c) a educação sindical.

ARTIGO 11

O período de licença-educação remunerada deverá ser assimilado a um período de trabalho efetivo para determinar os direitos e benefícios sociais e os outros direitos decorrentes da relação de trabalho, conforme está previsto pela legislação nacional, às convenções coletivas, as sentenças arbitrais ou qualquer outro método conforme a prática nacional.

ARTIGO 12

As ratificações formais da presente Convenção serão comunicadas ao Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registradas.

ARTIGO 13

1. A presente Convenção só vinculará os Membros da Organização Internacional do Trabalho, cujas ratificações tenham sido registradas pelo Diretor-Geral.

2. Esta Convenção entrará em vigor doze meses após o registro das ratificações de dois Membros pelo Diretor-Geral.

3. Posteriormente, esta Convenção entrará em vigor, para cada Membro, doze meses após o registro de sua ratificação.

ARTIGO 14

1. Todo Membro que tenha ratificado a presente Convenção poderá denunciá-la após a expiração de um período de dez anos contados da entrada em vigor mediante ato comunicado ao Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registrado. A denúncia só surtirá efeito um ano após o registro.

2. Todo Membro que tenha ratificado a presente Convenção, e não fizer uso da faculdade de denúncia prevista pelo presente artigo dentro do prazo de um ano após a expiração do período de dez anos previstos no parágrafo anterior, ficará obrigado por novo período de dez anos e, posteriormente, poderá denunciar a presente Convenção ao expirar cada período de dez anos, nas condições previstas no presente Artigo.

ARTIGO 15

1. O Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho notificará a todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho o registro de todas as ratificações e denúncias que lhe sejam comunicadas pelos Membros da Organização.

2. Ao notificar aos Membros da Organização o registro da segunda ratificação que lhe tenha sido comunicada, o Dire-

tor-Geral chamará a atenção dos Membros da Organização para a entrada em vigor da presente Convenção.

ARTIGO 16

O Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho comunicará ao Secretário-Geral das Nações Unidas, para fins de registro, de acordo com o artigo 102 da Carta das Nações Unidas, as informações completas referentes a quaisquer ratificações ou atos de denúncia que tenha registrado de acordo com os artigos anteriores.

ARTIGO 17

Sempre que o julgar necessário, o Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho deverá apresentar à Conferência Geral um relatório sobre a aplicação da presente Convenção e decidirá a oportunidade de inscrever na ordem do dia da Conferência a questão de sua revisão total ou parcial.

ARTIGO 18

1. Se a Conferência adotar uma nova Convenção de revisão total ou parcial da presente Convenção e, disposição em contrário da nova Convenção:

a) a ratificação por um Membro da nova Convenção, recusará não obstante o disposto no artigo 14 acima, implicará de pleno direito, na denúncia imediata da presente Convenção, desde que a nova Convenção tenha entrado em vigor;

b) a partir da data da entrada em vigor da Convenção revista, a presente Convenção deixaria de estar aberta à ratificação dos Membros.

2. A presente Convenção continuará em todo caso, em vigor em sua forma e teor atuais para os Membros que a tiverem ratificado e que não ratificaram a Convenção revista.

ARTIGO 19

As versões inglesa e francesa do texto da presente Convenção serão igualmente autênticas.

O texto que precede é o texto autêntico da Convenção devidamente adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho em sua quinquagésima nona sessão, realizada em Genebra, e declarada a 25 de junho de 1974.

EM FÉ DO QUE, apuseram suas assinaturas, neste vigésimo sexto dia do mês de junho de 1974:

O Presidente da Conferência, PEDRO SALA ORÓSCO

O Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho, FRANCIS BLANCHARD

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO

Recomendação 148

Recomendação Relativa à Licença-Educação Remunerada, Adotada pela Conferência em sua Quinquagésima Nona Sessão

Genebra, 24 de junho de 1974

Recomendação 148

RECOMENDAÇÃO RELATIVA À LICENÇA REMUNERADA PARA ESTUDOS

A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, convocada em Genebra pelo Conselho Administrativo da Repartição Internacional do Trabalho e tendo ali reunido a 5 de junho de 1974, em sua quinquagésima nona sessão; observando que o art. 25 da Declaração Universal

dos Direitos do Homem preconiza que qualquer pessoa tem direito à educação;

Observando além disso que o disposto nas Recomendações Internacionais do trabalho existentes a respeito da formação profissional e da proteção dos representantes dos trabalhadores e relativas ao desligamento temporário dos trabalhadores e à concessão de tempo livre para lhes dar a possibilidade de participar de programas de educação ou de formação;

Considerando que a necessidade de educação e formação permanentes, correspondendo ao desenvolvimento científico e técnico e à evolução das relações econômicas e sociais, exige medidas adequadas em matéria de licença para fins educativos e de formação para responder às aspirações, necessidades e objetivos novos de ordem social, econômica, tecnológica e cultural;

Reconhecendo que a licença remunerada para estudos deveria ser considerada como um dos meios que permitam atender às necessidades reais de cada trabalhador na sociedade contemporânea;

Considerando que a licença remunerada para estudos deveria ser concebida em função de uma política educativa e de formação permanente a ser concretizada de modo progressivo e eficiente;

Após ter decidido adotar diversas propostas sobre a licença remunerada para estudos, questão que constitui o quarto ponto da agenda da sessão;

Após ter decidido que essas propostas deveriam tomar a forma de recomendação, adota, neste vigésimo quarto dia do mês de junho de mil e novecentos e setenta e quatro, a Recomendação abaixo, que será denominada Recomendação sobre a licença Remunerada para Estudos, 1974;

I. Definição

1. Na presente Recomendação, a expressão "licença remunerada para estudos" significa uma licença concedida a um trabalhador para fins educativos por determinado período, durante as horas de trabalho, com o pagamento de prestações financeiras adequadas.

II. Formulação de uma Política e Métodos de Aplicação

2. Qualquer Membro deverá formular e aplicar uma política que use à promoção, por métodos adaptados às condições e usos nacionais e eventualmente por etapas, da concessão de licença remunerada para estudos com os fins de:

- a) formação em todos os níveis;
- b) educação geral, social ou cívica;
- c) educação sindical.

3. A política mencionada no parágrafo anterior deverá ter como finalidade contribuir, de acordo com as diferentes modalidades necessárias para:

a) a aquisição, o aperfeiçoamento e a adaptação das qualificações necessárias para o exercício da profissão ou da função assim como a promoção e a segurança do emprego frente ao desenvolvimento científico e técnico e às mudanças econômicas e estruturais;

b) a participação competente e ativa dos trabalhadores e seus representantes na vida da empresa e da comunidade;

c) a promoção humana, social e cultural dos trabalhadores;

d) de modo geral, a promoção de uma educação e formação permanentes adequadas, auxiliando os trabalhadores a se adaptarem às exigências de sua época.

4. (1) Essa política deverá levar em conta o estágio de desenvolvimento e as necessidades específicas do país e dos diversos setores de atividade, assim como outros objetivos sociais e as prioridades nacionais.

(2) Deverá ser coordenada com as políticas gerais relativas ao emprego, educação, formação e duração do trabalho, levando em consideração, nos casos adequados, as variações sazonais da duração ou do volume do trabalho.

5. A concessão da licença remunerada para estudos deverá ser realizada pela legislação nacional, as convenções coletivas, as sentenças arbitrais ou qualquer outra maneira conforme a prática nacional.

6. Deverá ser reconhecido que a licença remunerada para estudos não é destinada a substituir educação e formação adequadas dos jovens e que é apenas um meio de assegurar uma educação e uma formação permanentes.

III. Medidas de Promoção

7. As autoridades públicas, as organizações de empregadores e trabalhadores, as entidades ou organismos que ministram a educação e a formação deverão associar-se, de acordo com modalidades adequadas às condições e prática nacional, a elaboração e aplicação da política que tende à promoção da licença remunerada para estudos.

8. Na base de planos adaptados aos objetivos dessa política, medidas deverão ser tomadas:

a) para conhecer e prever as necessidades educativas e de formação dos trabalhadores que possam ser satisfeitas pela licença remunerada para estudos;

b) para utilizar plenamente todos os meios de educação e formação existentes e criar novos meios para atingir as finalidades educativas e de formação visadas pela licença remunerada para estudos;

c) para que os métodos pedagógicos e os programas educativos e de formação levem em conta as finalidades e modalidades da licença remunerada para estudo, as quais refletem necessidades novas;

d) para estimular os trabalhadores a fazer o melhor uso dos meios de educação e formação à sua disposição;

e) para estimular os empregadores a conceder uma licença remunerada para estudos aos trabalhadores.

9. Sistemas adequados de informação e orientação relativos às possibilidades de licença remunerada para estudos deverão ser estabelecidos.

10. Medidas adequadas deverão ser tomadas para que a educação e formação dadas sejam de qualidade adequada.

IV. Financiamento

11. O financiamento das disposições relativas à licença remunerada para estudos deverá ser assegurado de modo regular, adequado e conforme a prática nacional.

12. Deverá ser reconhecido que:

a) os empregadores, coletiva ou individualmente;

b) as autoridades públicas e as entidades ou organismos educativos ou de formação;

c) as organizações de empregadores e trabalhadores, poderiam ser obrigados a contribuir no financiamento das disposições relativas à licença remunerada para estudos, de acordo com as suas responsabilidades respectivas.

V. Condições de Concessão

13. A licença remunerada para estudos não deverá ser recusada aos trabalhadores por motivo de raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social.

14. Os trabalhadores deverão ser livres para decidir os programas educativos ou de formação nos quais queiram tomar parte.

15. Se necessário for, disposições especiais relativas à licença remunerada para estudos deverão ser tomadas:

a) quando determinadas categorias de trabalhadores tiverem dificuldades em se beneficiar das disposições gerais, por exemplo os trabalhadores das pequenas empresas, os trabalhadores rurais ou outros que residem em áreas isoladas, os trabalhadores lotados em trabalhos feitos em equipes ou os trabalhadores com encargos da família;

b) quando categorias especiais de empresa, por exemplo as pequenas empresas ou as empresas sazonais, encontrarem dificuldades para aplicar as disposições gerais, ficando entendido que os trabalhadores ocupados nessas empresas não serão excluídos do benefício da licença remunerada para estudos.

16. As condições exigidas dos trabalhadores para que se beneficiem da licença remunerada para estudos poderão variar conforme a licença para estudos tenha sido concedida para:

a) formação, em qualquer nível;

b) educação geral, social ou cívica;

c) educação sindical.

17. (1) As condições a serem preenchidas pelos trabalhadores para que se beneficiem da licença remunerada para estudos deverão ser determinadas levando em consideração os tipos de programas educativos ou de formação existentes, as necessidades dos trabalhadores e suas organizações, as das empresas e o interesse da coletividade.

(2) A responsabilidade da escolha dos candidatos a licença remunerada para estudos para fins de educação sindical deverá pertencer às organizações de trabalhadores interessadas.

(3) Quando os trabalhadores preencherem as condições de concessão da licença educação remunerada, a maneira pela qual se beneficiarão da mesma deverá ser objeto de acordo entre as empresas que as organizações de trabalhadores interessadas, por um lado, e as organizações de trabalhadores interessadas, por outro lado, de modo a manter o bom funcionamento das empresas em apreço.

18. (1) Quando os programas de educação sindical são organizados pelas próprias organizações sindicais, estas deverão ter a responsabilidade da elaboração, aprovação e realização desses programas.

(2) Quando tais programas forem organizados por outras entidades ou organismos educativos, deverão ser elaborados de acordo com as organizações sindicais interessadas.

19. Considerando-se as condições nacionais ou locais e a situação da empresa, certas categorias de trabalhadores e certas profissões ou funções especiais, cujas necessidades educativas ou de formação são especialmente urgentes, deverão ter caráter prioritário na concessão da licença remunerada para educação.

20. Os benefícios financeiros pagos aos trabalhadores durante a licença remunerada para estudos deverão:

a) manter o nível de suas rendas pela continuação do pagamento de seu salário e outros benefícios ou pelo pagamento de indenização compensatória adequada, de acordo com o que prevêem a legislação nacional, as convenções coletivas, as sentenças arbitrais ou qualquer outro método conforme a prática nacional;

b) levar em conta quaisquer despesas adicionais importantes resultantes da educação ou da formação.

21. O período de licença-educação remunerada deverá ser assimilado a um período de trabalho efetivo para determinar os direitos a benefícios sociais e os outros direitos decorrentes do vínculo empregatício, de acordo com o que prevêem a legislação nacional, as convenções coletivas, as sentenças arbitrais ou qualquer outro método conforme a prática nacional.

O texto que precede é o texto autêntico da Recomendação devidamente adotada pela Conferência Geral da Organização

Internacional do Trabalho em sua quinquagésima nona sessão realizada em Genebra, e declarada encerrada a 25 de junho de 1974.

EM FÉ DO QUE, apuseram suas assinaturas, neste vigésimo sexto dia do mês de junho de 1974:

O Presidente da Conferência, PEDRO SALA OROSCO
O Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho, FRANCIS BLANCHARD.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 240ª SESSÃO, EM 17 DE NOVEMBRO DE 1992

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Aviso do Ministro da Previdência Social

— Nº 317/92, encaminhando informações constantes do Requerimento nº 688, de 1992, de autoria do Senador Pedro Simon.

1.2.2 — Requerimento

— Nº 811, de 1992, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 10, de 1992, que dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário e determina outras providências, cujo prazo, na Comissão de Assuntos Sociais, já se acha esgotado.

1.2.3 — Comunicação

— do Senador Rachid Saldanha Derzi, que se ausentará do País no período de 9 a 25 de novembro de 1992.

1.2.4 — Apreciação de matéria

— Requerimento nº 810/92, lido em sessão anterior. **Aprovado.**

1.2.5 — Discursos do Expediente

SENADOR JARBAS PASSARINHO — Homenagem póstuma ao ex-ministro Leitão de Abreu, Transcrição, nos Anais da Casa, do artigo *Leitão de Abreu, vocação de poder e belo companheiro*, do Sr. Carlos Castello Branco, publicado no jornal *O Liberal*, do Estado do Pará.

SENADOR MAGNO BACELAR — Regozijo pela eleição da candidata do PSB, Conceição Andrade, para a Prefeitura de São Luís-MA.

1.26 — Requerimentos

— Nº 812/92, de autoria do Senador Nelson Carneiro e outros Srs. Senadores, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. João Leitão de Abreu. **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. Nelson Carneiro, Pedro Simon, Júlio Campos e Magno Bacelar, tendo a Presidência se associado às homenagens prestadas.

— Nº 813/92, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 395, de 1991, de sua autoria, que profere a outorgada de mandato para os fins que menciona.

— Nº 814/92, de autoria do Senador César Dias, solicitando que seja enviado para a deliberação do Plenário o Projeto de Lei do Senado nº 344/91, que dispõe sobre o uso de propaganda em bebidas alcoólicas.

1.2.7 — Leitura de projetos

— Projeto de Lei do Senado nº 159/92, de autoria do Senador Marco Maciel, que dispõe sobre os depósitos de interesse dos diversos serviços sociais da indústria e do comércio.

— Projeto de Lei do Senado nº 160/92, de autoria da Senadora Júlia Marise, que submete a nomeação do Secretário da Receita Federal à prévia aprovação do Senado Federal.

1.2.3 — Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR JÚLIO CAMPOS — Realização de reunião da Còhab, em Cuiabá, a fim de impedir aumentos abusivos das prestações da casa própria. Protesto contra a escassez de recursos par investimentos no setor habitacional no Estado do Mato Grosso.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 73, de 1992 (nº 107/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Jet — Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na Cidade de Teresina, Estado do Piauí. **Votação adiada**, por falta de quorum.

Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 1992 (nº 127/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Voz de São Pedro Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na Cidade de São Pedro, Estado de São Paulo. **Votação adiada** por falta de quorum.

Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 1992 (nº 140/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Rural de Muzambinho Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora na Cidade de Muzambinho, Estado de Minas Gerais. **Votação adiada** por falta de quorum.

Projeto de Lei do Senado nº 318, de 1991-Complementar, que determina os casos em que forças estrangeiras possam transitar pelo território nacional ou nele permanecer temporariamente, mediante permissão do Presidente da República, independente da autorização do Congresso Nacional, nos termos do disposto nos arts. 21, inciso IV, 49, inciso II e 84, inciso XXII, da Constituição Federal. **Votação adiada por falta de quorum.**

Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 1991 (nº 211/91, na Casa de origem), que acrescenta dispositivos ao art. 18 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, cometendo aos municípios competência para a execução de serviços de planejamento familiar. **Discussão sobrestada**, após parecer de Plenário, ficando a votação adiada por falta de quorum.

Projeto de Resolução nº 64/92, que estabelece a Estrutura Administrativa Básica do Senado Federal, em virtude de falta de quorum para a votação do Requerimento nº 815/92, de extinção da urgência.

1.3.1 — Discurso após a Ordem do Dia

SENADOR MÁRCIO LACERDA — Fomento à indústria cinematográfica brasileira e sua defesa como importante atividade econômica.

1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — MESA DIRETORA

3 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

4 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

SUMÁRIO DA ATA 219ª SESSÃO, REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1992

Ratificações

Na publicação do Sumário, feita no DCN-Seção II, de 28-10-92, na página nº 8516, 1ª coluna, no item 2.2.1 — Requerimento,

Onde se lê:

— Nº 775/92, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a inclusão em Ordem do Dia, do Projeto de Lei do Senado nº 243/91, que tramita em conjunto com os de nºs 251/91, e 69/92, cujos prazos já se acham esgotados na Comissão a que estava distribuída.

Leia-se:

— Nº 775/92, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a inclusão em Ordem do Dia, do Projeto de Lei do Senado nº 243/91, que tramita em conjunto com os de nºs 251, 291, de 1991, e 69, de 1992, cujos prazos já se acham esgotados na Comissão a que estava distribuída.

No mesmo Sumário, após o Item 3.4 — ENCERRAMENTO, inclua-se por omissão o seguinte:

4 — ATO DA COMISSÃO DIRETORA

— Nº 30, de 1992

5 — ATOS DO PRESIDENTE

— Nºs 411 a 418/92

6 — ATO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO

— Nº 6/92

7 — PORTARIA

— Nº 61, de 1992

8 — MESA DIRETORA

9 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

10 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 240ª Sessão, em 17 de novembro de 1992

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência do Sr. Mauro Benevides

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Affonso Camargo — Albano Franco — Alvaro Pacheco — Antonio Mariz — Bello Parga — Carlos Patrocínio — César Dias — Chagas Rodrigues — Cid Saboia de Carvalho — Dirceu Carneiro — Elcio Álvares — Epitácio Cafeteira — Esperidião Amin — Flaviano Melo — Francisco Rollemberg — Gerson Camata — Guilherme Palmeira — Henrique Almeida — Irapuan

Costa Júnior — Jarbas Passarinho — João Calmon — João França — João Rocha — José Paulo Bisol — José Richa — José Sarney — Júlio Campos — Júnia Marise — Jutahy Magalhães — Levy Dias — Lourenberg Nunes Rocha — Lourival Baptista — Lucídio Portella — Magno Bacelar — Mansueto de Lavor — Márcio Lacerda — Marco Maciel — Mário Covas — Mauro Benevides — Meira Filho — Moisés Abrão — Nelson Wedekim — Ney Maranhão — Pedro Teixeira — Raimundo Lira — Ronaldo Aragão — Ronan Tito — Ruy Bacelar — Valmir Campelo — Wilson Martins.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) — A lista de presença acusa o comparecimento de 50 Srs. Senadores.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

AVISO

DO MINISTRO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Aviso nº 317/92, de 12 do corrente, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 688, de 1992, de autoria do Senador Pedro Simon.

As informações foram anexadas ao Requerimento, que vai ao arquivo, e encaminhada cópias ao Requerente.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 811, DE 1992

Nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, requeiro a inclusão, em Ordem do Dia, do PLS nº 10, de 1992, que dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário e determina outras providências, cujo prazo, na Comissão de Assuntos Sociais, já se acha esgotado.

Sala das Sessões, 17 de novembro de 1992. — Senador Marco Maciel.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) — O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia, oportunamente.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

Brasília, 9 de novembro de 1992

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que me ausentarei do País no período de 9 a 25 de novembro a fim de, no desempenho de missão com que me distingui o Senado, participar da Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque — EUA.

Atenciosas saudações, — Senador Rachid Saldanha Derzi.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) — O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) — Em sessão anterior, foi lido o Requerimento nº 810, de 1992, do Senador Marco Maciel, solicitando autorização do Senado para se ausentar dos trabalhos da Casa no dia 16 do corrente, a fim de proferir palestra sobre o tema "Perspectivas Políticas do Brasil", na Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Pernambuco (ADEMI) e no Sindicato da Indústria da Construção Civil de Pernambuco (SINDUSCON), em Recife.

O requerimento deixou de ser votado, naquela oportunidade, por falta de **quorum**.

Em votação, o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Fica concedida a licença solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jarbas Passarinho.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, na sexta-feira, 13, passada, fui informado, como aliás, depois, toda a Nação brasileira, de um acontecimento para mim doloroso, que foi o falecimento do Ministro João Leitão de Abreu.

Ausente de Brasília, não pude comparecer às exéquias de S. Exª, mas estou com um artigo do jornalista Carlos Castello Branco, publicado no *O Liberal*, de Belém, no domingo, com o título: "Leitão de Abreu, Vocação de Poder e Belo Companheiro".

Como o jornalista Carlos Castello Branco, além de ser considerado um dos clássicos da crônica política brasileira, é um homem que, seguramente, tem certas lembranças desagradáveis do período apelidado de ditadura militar, é interessante e ilustrativo que se leia parte do que ele escreveu, como uma demonstração de apreço de uma pessoa que não tinha simpatia pelo sistema ou regime ao qual o Dr. Leitão de Abreu serviu.

No início de seu artigo, o jornalista Carlos Castello Branco diz, numa passagem:

— "Conhecia pouco o Ministro Leitão de Abreu, poderoso chefe da Casa Militar do Presidente Emílio Médici, quando ele me chamou uma manhã ao seu gabinete, no Palácio do Planalto. O assunto era a visita do Presidente Lanusse, da Argentina, o qual surpreendera, na véspera, o Governo ao introduzir no texto do seu discurso, no Itamaraty, um parágrafo que não constava na cópia negociada pelas chancelarias. O General Figueiredo, chefe do Gabinete Militar, retirara-se do banquete em protesto. Havia tensão e profundo desagrado com a insolente crítica à posição brasileira no caso de Itaipu. O Ministro expôs-me, rapidamente, a questão, deu-me dois volumes com relatórios e documentos reservados relativos à negociação dos dois países. Leia, examine e escreva o que achar correto e justo sobre a posição do Brasil, disse-me ele."

Interrompo a leitura nesta passagem, Sr. Presidente, porque era eu Ministro da Educação, participei desse banquete no Itamaraty e não me consta que o General Figueiredo tenha se retirado do banquete, mas, seguramente houve um mal-estar muito grande no momento, porque, de fato, o Presidente da Argentina fugira à norma protocolar de fazer, entre os dois Presidentes, a troca prévia dos discursos que seriam lidos e introduziu no seu discurso alguma coisa que significava realmente uma crítica descabida e insólita ao Governo brasileiro.

É importante até que se diga que quando terminou o banquete, propriamente dito — porque depois as portas do Itamaraty eram abertas para a presença de todos aqueles que faziam parte da recepção geral — estava eu ao lado do Presidente Médici, do General Orlando Geisel, quando o General

— não sei se falando em tom de brincadeira ou de modo sério — voltando-se para o Presidente Médici, perguntou: “Quer que eu prenda o homem?” Imagine-se o que seria o Ministro do Exército Brasileiro, ou o Ministro da Guerra, como era chamado na época, prender o Presidente da Argentina que, na ocasião, estava no Itamaraty, tal o mal-estar causado! E o Dr. Leitão de Abreu também estava ao lado e conversamos a respeito.

Essa é uma passagem que, sendo histórica, seria interessante que eu lhe fizesse um reparo nesse trecho do artigo do jornalista Carlos Castello Branco.

Prossigo na leitura.

“...A partir daí o contato do jornalista com o Ministro se abriu e tudo pôde ser conversado. Na época da sucessão, às vezes me falava, às vezes me mandava recado pelo Pompeu de Sousa, que o freqüentava. Todas as hipóteses seriam válidas antes da decisão. Mesmo a prorrogação? Mesmo a prorrogação. Mesmo a reeleição? Mesmo a reeleição. Não rejeitava hipóteses e com isso queria demonstrar que Médici mantinha à margem das pressões que eventualmente pretendessem impor-lhe uma candidatura. Leitão, segundo corria, seria uma alternativa. Ou uma hipótese.

O diálogo não se interrompeu quando assumiu uma cadeira de Ministro do Supremo Tribunal, nomeado pelo Presidente Geisel. Homem de poder e da ordem, quando no Governo, foi como juiz homem do Direito e da diretriz liberal. Mas sua vocação pelo mando o devolveria ao Palácio do Planalto. Abandonado pelo General Golbery, o Presidente Figueiredo o convocou e ele o ajudou a levar a termo a descompressão política, preservando uma área de ação e de influência em cujo âmbito não admitia discordância”.

Essa passagem do artigo do jornalista Carlos Castello Branco faz justiça à formação liberal do Dr. Leitão de Abreu.

Eu, por duas vezes, tive contato com ele quando Ministro-Chefe da Casa Civil, no Governo do Presidente Médici e depois já no fim do Presidente Figueiredo.

Quando ele substituiu o General Golbery, para muitos foi o momento do declínio do Governo do Presidente Figueiredo a perda do General Golbery como seu auxiliar direto.

A Veja me pediu que escrevesse um artigo para a coluna **Ponto de Vista**. E eu o fiz sob o título: *A Tinta e o Pintor*. A minha observação se baseava numa ocasião em que tive contato com o Presidente Castello Branco — eu governava o Pará e ele aqui Presidente da República. O Presidente me disse num certo momento das dificuldades que ele tinha com recursos humanos treinados, capazes de assumirem aquelas posições que lhe eram devidas pelas sua qualificação profissional, e ele não os encontrava. Então ele dizia: eu tenho a tinta, não tenho o pintor. Era a explicação que o Presidente Castello Branco dava para não preencher determinadas posições de relevo com pessoas que não tinham qualificação para elas. E eu aproveitei esse mote exatamente para mostrar que o Presidente Figueiredo tinha agora a tinta e o pintor, porque o Dr. Leitão de Abreu tinha todas as condições para substituir ao General Golbery na chefia do Gabinete Civil.

Tornamo-nos amigos. Eu sempre tinha o prazer de, terminado um despacho com o Presidente Médici, procurá-lo. E mesmo depois com o Presidente Figueiredo eu ia ainda ter uma conversa com o Chefe da Casa Civil.

Vale a pena aqui citar um fato, Sr. Presidente, Srs. Senadores, em favor até do Presidente Médici, porque depois, quando os grupos foram se sucedendo e se dividindo, no Movimento de 64, dizia-se que, ao contrário de outro Presidente, o Presidente Médici não governava, deixava que os Ministros governassem *à la diable*, cada um a sua vontade. De certa feita tive um problema com o SNI, presidido então pelo General Fontoura. Esse problema se agravou e o Dr. Leitão de Abreu chegou inopinadamente ao meu gabinete no Ministério da Educação para procurar-me em nome do Presidente da República, dizendo que era necessário fazer o entendimento entre nós dois, entre mim e o Chefe do SNI. E respondi: “Dr. Leitão de Abreu — que eu o chamava de doutor e não Ministro — é muito fácil. Ao Presidente é extremamente fácil conseguir um novo Ministro da Educação e não um novo Chefe do Serviço Nacional de Informações: apresento a minha demissão nesse instante.” E ele me respondeu: “- Não é isso que o Presidente Médici quer. Ou ele fica com ambos ou perde ambos”. Foi a mesmíssima coisa do que, depois, aconteceu entre o Ministro Mário Gibson Barbosa e o Ministro Delfim Netto. Esse era o estilo do Presidente Médici. Ou as pessoas se entendiam no Ministério ou ele perdia ambos, mas não aceitava uma exoneração singular. O Dr. Leitão de Abreu, depois, foi comigo até ao encontro do General Fontoura e nós nos ajustamos à diretriz do Presidente Médici e ficamos ambos no Governo.

Mais tarde, o Dr. Leitão de Abreu me convidou para um jantar, em *petit comité*, a Henry Kissinger, que estava de passagem pelo Brasil e que o respeitava muito, com o qual ele tinha um diálogo permanente.

Esse homem que foi como Juiz e como Ministro do Supremo, simplesmente modelar, mostra, claramente, como é que uma pessoa de convicções liberais, poderia servir àquilo que se apelidou de ditadura militar, sem quebrar as suas convicções e sem encaminhar-se para aquilo que poderia ter ocorrido e, talvez, tenha ocorrido, de violências descabidas e injustificadas.

Já ao tempo do Governo do Presidente Figueiredo, foi ele quem me convenceu a assumir o Ministério da Previdência e Assistência Social. Eu relutei em fazê-lo mas, conversando com o Ministro Leitão de Abreu que me pediu para que fosse até ele, depois de mais de uma hora de conversa, eu colocava as minhas objeções e ele as retirava. Acabei assumindo o Ministério da Previdência e Assistência Social, que sabia estar numa posição extremamente difícil. Foi o Ministério mais difícil que me coube dirigir em termos administrativos, porque nós estávamos vivendo uma recessão econômica mundial, a economia brasileira, uma economia dependente, com alto grau de dependência e, portanto, dependia dessa economia mundial que estava em plena recessão e, conseqüentemente, como a Previdência no Brasil é função matemática de salário, diante do desemprego havia, portanto, a falta de arrecadação e, conseqüentemente, a falta de contribuição para a Previdência Social. Ainda assim ele me convenceu e servi ao Presidente Figueiredo por um ano e quatro meses ao final do seu governo.

O testemunho que posso dar, ao lado do pesar de ter falecido um homem da melhor qualidade intelectual e moral neste País, o testemunho que posso dar, repito, é de um homem liberal mas absolutamente convencido daquela expressão que já coube inclusive até a um homem como Lyautey, quando dizia: “Entre a desordem e a disciplina, prefiro a

disciplina e não accito a desordem". Essa era a posição do Dr. Leitão de Abreu.

Talvez quinze dias antes do seu passamento, fui vê-lo. Ainda tive oportunidade de encontrá-lo em casa, ao lado dos seus familiares e de um irmão, médico cardiologista, que o acompanhou até o fim da vida. E já o vi perto do fim das suas energias físicas. É uma tristeza fazer-se uma visita nessa ocasião a uma pessoa a quem se quer bem e ver-se que é uma vela que está se apagando. Testemunhei isso, apertei-lhe a mão, e tivemos palavras de muito carinho recíproco, e foi a última impressão que tive dele. Guardei a impressão do amigo que se despedia de mim, ao lado da família, convencido de que a amizade vence inclusive as circunstâncias mais difíceis que os homens, por seu turno, podem ter diante de si em determinado momento da vida.

Registro essa passagem com grande pesar, Sr. Presidente, e peço que este artigo do jornalista Carlos Castello Branco faça parte do meu pronunciamento hoje, em honra à memória do grande brasileiro que foi o Ministro Leitão de Abreu.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JARBAS PASSARINHO EM SEU PRONUNCIAMENTO:

LEITÃO DE ABREU, VOCAÇÃO DE PODER E BELO COMPANHEIRO

Conhecia pouco o ministro Leitão de Abreu, poderoso chefe da Casa Militar do presidente Emílio Médici, quando ele me chamou uma manhã ao seu gabinete, no Palácio do Planalto. O assunto era a visita do presidente Lanusse, da Argentina, a qual surpreendera na véspera o governo ao introduzir no texto do seu discurso no Itamaraty um parágrafo que não constava na cópia negociada pelas chancelarias. O general Figueiredo, chefe do Gabinete Militar, retirara-se do banquete em protesto. Havia tensão e profundo desagrado com a insolente crítica à posição brasileira no caso de Itaipu. O ministro expôs-me, rapidamente, a questão, deu-me dois volumes com relatórios e documentos reservados relativos à negociação dos dois países. Leia e examine e escreva o que achar correto e justo sobre a posição do Brasil, disse-me ele.

A partir daí o contato do jornalista com o ministro se abriu e tudo pôde ser conversado. Na época da sucessão, às vezes me falava às vezes me mandava recado pelo Pompeu de Sousa, que o freqüentava. Todas as hipóteses seriam válidas antes da decisão. Mesmo a prorrogação? Mesmo a prorrogação. Mesmo a reeleição? Mesmo a reeleição. Não rejeitava hipóteses e com isso queria demonstrar que Médici se mantinha à margem das pressões que eventualmente pretendessem impor-lhe uma candidatura. Leitão, segundo corria seria uma alternativa. Ou uma hipótese.

O diálogo não se interrompeu quando assumiu uma cadeira de ministro do Supremo Tribunal, nomeado pelo presidente Geisel. Homem de poder e da ordem quando no governo, foi como juiz homem do Direito e da diretriz liberal. Mas sua vocação pelo mando o devolveria ao Palácio do Planalto. Abandonado pelo general Golbery, o presidente Figueiredo o convocou e ele o ajudou a levar a termo a descompressão política, preservando uma área de ação e de influência em cujo âmbito não admitia discordância.

Pouco depois de assumir, o presidente adoeceu, enfartado, e seus ministros e assessores mobilizaram-se para a emer-

gência. Houve à noite um encontro reservado da cúpula no Hotel Othon, do Rio de Janeiro. Leitão já encontrou na sala os ministros militares, os chefes do SNI, general Medeiros, e do Gabinete Militar, general Venturini. E também Heitor de Aquino, secretário particular. Todos falaram e Leitão manteve-se mudo. Mudo, até que perceberam que ele esperava que Heitor deixasse a sala. Não permitia que se quebrassem, ainda que numa crise, a hierarquia. Quando Heitor percebeu também e saiu, ele falou. Se o presidente estava impedido era chamar o vice. Foi o que se fez.

O chefe da Casa Civil ampliava seu sistema de comunicação. Chamava com freqüência jornalistas políticos para jantares na Granja do Ipê, sítio histórico na qual haviam residido, depois de Israel Pinheiro, o construtor de Brasília, todos os chefes de Gabinete Civil e os primeiros-ministros Tancredo Neves, Francisco Brochado da Rocha e Hermes Lima (essa granja, hoje, foi cedida por inadvertência a uma associação de pequenas seitas religiosas que prosperaram no vazio no Planalto Central). As conversas, regadas a bom vinho, eram abrangentes e não havia temas proibidos. Chamava também jornalistas ao seu gabinete no Palácio. Lembro-me de certa manhã em que me achava lá quando uma porta se abriu atrás de mim. Era o general Medeiros que o convidava para uma conversa. Estou conversando com o Castello, depois eu vou, disse. Quanto tempo? Dez minutos?, Insistiu o general. Quando terminar, eu chamo o senhor, respondeu, encerrando o diálogo.

O chefe da Casa Civil recrutava sua equipe no que havia de melhor no serviço público. Lá estavam Francisco Rezek, Álvaro Costa Franco, José Guilherme Merquior, João Carlos Fragoso, Seixas Corrêa. Com ela, intervinha no processo político tornando-se a preferência compulsória ao encaminhamento da descompressão cujo desfecho seria a eleição direta de Tancredo Neves. Sua participação final seria concordar com Ulysses Guimarães e o general Leônidas Pires Gonçalves em que, com a doença de Tancredo, Sarney deveria empossar-se. Figueiredo não gostou da solução e recusou-se a participar da cena. Saiu antes da chegada do vice-presidente empossado.

Retomada sua liberdade de movimentos, Leitão de Abreu tornou-se disponível para a convivência com amigos antigos e novos, participando de almoços e jantares e de simples reuniões para conversas. Estudioso de filosofia e literatura, além de mestre de Direito Público, sua prosa era rica e variada. Evocava suas admirações do passado, João Neves, Lindolfo Collor, e do presente, Miguel Reale. O bom whisky, que substituíra em seus hábitos o chope da rua da Praia, de quando era advogado em Porto Alegre, as moderadas libações ajudavam a liberá-lo para o papo com leveza de espírito comum aos boêmios e sonhadores.

Esse o Leitão de Abreu da fase final, de Brasília, substituto legítimo do antigo João Abreu porto-alegrense. Foi o parceiro de um pequeno grupo de advogados diplomatas, jornalistas e políticos que nos reuníamos às sextas-feiras no restaurante Florentino. Foi no último desses almoços, na sexta-feira, dia 13, que chegou a má notícia da morte desse belo companheiro, que não se descuidava dos compromissos da gente, a maioria muito mais jovem do que ele. Jovens na idade, porque Leitão de Abreu, mesmo aos 79 anos, não perdera nada da clareza da inteligência e da graça de viver.

Zélia, o PC Farias e os alagoanos

Zélia Cardoso de Mello vem sendo chamada a depor sob suspeita de ligações com PC Farias e intervenção em

negócios do clã e da época. Lembrei-me de ver no livro de Fernando Sabino — Zélia uma paixão — o que ela disse a respeito nas confissões a que o escritor deu forma literária.

Nunca houve — é o que está no livro, página 92 — uma integração do seu grupo com o deles. Havia três com quem se relacionava bem: Cláudio Humberto da Rosa e Silva — tinham um passado em comum, ambos foram do partido, e ele costumava assumir na conversa um tom malicioso de que ela gostava; Paulo César Farias, o famoso PC, figura interessante, inteligente e, coincidência rara, ambos nasceram no dia 20 de setembro (a mesma coincidência em relação a João Maia — portanto não tão rara assim); o deputado Renan Calheiros, pela afinidade em relação aos problemas nacionais, e a quem por isso continuou estimando, mesmo depois que ele rompeu com o governo.

Já ministra, estive com Paulo César apenas uma ou duas vezes — depois houve certo afastamento. Com Cláudio Humberto mais tarde passou a ter só encontros de serviço. Dos não-alagoanos próximos a Collor, teve sempre muito carinho por Pedro Paulo Leoni Ramos. E gosta até hoje de Marcos Coimbra, que é mineiro — mesmo achando, atualmente, que ele talvez não esteja no lugar certo. Fazendo coisas com que tenha a ver.

Diretrizes para o Exército

O ministro do Exército, general Zenildo de Lucena, em reunião no último dia 16, baixou novas diretrizes para o alto comando. O documento parte do exame da conjuntura mundial e da conjuntura brasileira, ambas profundamente modificadas, para definir a estratégia da força de terra do momento atual. O distanciamento, tanto das hipóteses de conflito interno alimentado tanto do exterior quanto das tradicionais hipóteses de guerra — diz —, permite que possamos hoje conceber o preparo da força de terra à luz preponderante de sua missão constitucional e dos objetivos nacionais permanentes, atentos, porém, à evolução das tensões possam desaguar em ameaças ao interesse nacional.

Carlos Castello Branco

AJB

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) — Concedo a palavra ao nobre Senador Magno Bacelar.

O SR. MAGNO BACELAR (PDT — MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, aproveito a tarde de hoje para registrar a magnífica vitória da nossa candidata do PSB e coligação do PDT, à Prefeitura de São Luís do Maranhão, e que, agora, no segundo turno, teve o apoio de V. Ex^a, entre outras lideranças no nosso Estado.

Mas o fato seria normal, Sr. Presidente, nem eu viria a esta tribuna fazer um registro desta natureza, se não houvesse ocorrido na campanha de São Luís fatos interessantes e estranhos num momento em que o Brasil, a cada passo, consolida a sua democracia.

Um desses fatos, notado por toda a Nação brasileira, foi que o IBOPE, em nenhum momento do primeiro turno, divulgou pesquisas em São Luís do Maranhão.

Já no segundo turno, ao publicar o primeiro resultado, fiquei muito preocupado com a intenção que teria aquele instituto com aquelas publicações que se iniciavam. Três dias depois, saiu uma outra pesquisa e nela, também, Sr. Presidente e Srs. Senadores, os números eram completamente con-

trários ao que se verificava nas pesquisas locais e se constatava em meio à opinião pública.

Finalmente, por incrível que pareça, na véspera, extemporaneamente, o IBOPE publicou uma outra pesquisa — agora, pode-se dizer que a intenção única era confundir a opinião pública.

No dia da eleição, já iniciadas as apurações, foi publicada uma pesquisa de boca de urna, Sr. Presidente — na qual os percentuais não fechavam — que era contrária à vontade popular demonstrada nas urnas em São Luís do Maranhão.

Telefonei para a Rede Globo e protestei; não fui atendido. Mais tarde, ao mostrar-lhes os números e dizer-lhes que estavam fazendo um papel ridículo ao apresentar uma pesquisa com aqueles números porque não fechavam os coeficientes, corrigiram.

Não sei por que motivo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é muito difícil fazer política no Maranhão, embora o apoio popular compense a grande luta. Mas a verdade é que há métodos nem sempre plausíveis utilizados pelo adversário.

Hoje mesmo, lendo o **Jornal do Brasil**, no seu Informe JB, verifiquei o registro de que apenas quatro prefeitos conseguiram a aprovação popular e elegeram os seus candidatos. Não sei se propositadamente omitiram São Luís do Maranhão, onde a vitória foi a maior em percentuais em todo País. A Prefeitura eleita, Conceição Andrade, obteve 64% contra 32%. A Rede Globo registrou isso durante todo o tempo como apenas uma diferença de 32 pontos. Não sei a que ponto quer chegar ou qual a intenção da imprensa ao omitir o fato.

Sr. Presidente, sabemos todos, principalmente nós do Maranhão, do poderio do adversário; um adversário que vê ruir o seu castelo, o seu domínio, quando 102 Municípios do Estado deram a vitória aos opositores do Sr. José Sarney. Dizer que estava ausente da campanha de São Luís é impossível, porque a Deputada Roseana Sarney, em nome da família, no último programa, hipotecou solidariedade ao candidato João Alberto.

Esse, contudo, não é o fato; o que quero deixar registrado nesta Casa é a persistência, a teimosia da imprensa em fraudar os dados políticos relativos ao Maranhão.

A vitória foi do povo do Maranhão. Foi o reconhecimento pela administração séria e pelas lideranças comprometidas com a população do nosso Estado.

Deixo o registro e parabeno as lideranças que apoiaram Conceição Andrade, desejando a S.Ex^a uma boa administração que corresponda aos anseios populares e faça cumprir as promessas assumidas na campanha.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 812, DE 1992

Requerimento, nos termos dos art. 218, 219 e 221, do Regimento Interno, as seguintes homenagens pelo falecimento de João Leitão de Abreu.

a) Inserção em ata de um voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família e ao STF

Sala das Sessões, 17 de novembro de 1992. — **Mauro Benevides** — **Nelson Carneiro** — **Jarbas Passarinho** — **João Calmon** — **Pedro Simon** — **Garibaldi Alves Filho**.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) — Este requerimento depende de votação, em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem.

Concedo a palavra ao primeiro subscritor do requerimento, o nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, todos que conheceram, em vida, o Ministro João Leitão de Abreu guardam da sua presença na vida pública a mais grata impressão.

Conheci-o no exercício da Magistratura na Suprema Corte, na inteireza de suas decisões, na serenidade de seus pronunciamentos. Neste momento quero destacar um episódio quando Ministro do Presidente Figueiredo.

O Presidente havia enviado à Câmara a famosa Emenda Constitucional, que modificava vários textos da Lei Magna. Os debates foram agitados nas duas Casas e, afinal, na hora derradeira, no gabinete do sempre lembrado Senador Amaral Peixoto, ali estávamos reunidos, Amaral Peixoto, Tancredo Neves e eu na busca de uma solução final, que poderia ser a aprovação do sistema parlamentarista, de que era entusiasta, desde a mocidade, o Ministro Leitão de Abreu.

Marcamos uma audiência para aquela noite, tentando evitar que o Presidente Figueiredo retirasse sua emenda. Às 21 horas, Amaral Peixoto telefonou-me eu iria com ele à casa de Leitão de Abreu — para comunicar-me que o Presidente, orientado pelo Líder do Senado, ao tempo o ilustre Senador Aluisio Chaves, tinha se convencido da impossibilidade de aprovação de qualquer novo texto. E com pesar Leitão de Abreu não conseguira convencer o Chefe de Estado.

Tive, Sr. Presidente, diversos contatos com o Ministro Leitão de Abreu; o peregrino cultor do Direito, homem que conhecia não só os mistérios da doutrina e da jurisprudência, mas era também possuidor de primorosa erudição que o levava a discorrer sobre vários setores da cultura nacional e internacional. Era homem de virtudes, de probidade inatacável, e, por isso mesmo, mereceu do Supremo Tribunal Federal as homenagens a que fazia jus.

Sr. Presidente, não seria eu o mais indicado para fazer aqui o elogio fúnebre de Leitão de Abreu, porém, quando cheguei ao plenário, falava o Senador Jarbas Passarinho. Não tive tempo de apartá-lo, mas certamente S. Exa. deixou nos Anais da Casa depoimento definitivo, completo, daquele homem de bem, daquele homem culto, daquele homem ilustrado, daquele homem patriota que foi o saudoso Ministro João Leitão de Abreu.

Durante o encaminhamento do Sr. Nelson Carneiro, o Sr. Epitácio Cafeteira deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Prossegue o encaminhamento de votação do requerimento.

O Sr. Pedro Simon — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, Líder do Governo nesta Casa.

O SR. PEDRO SIMÓN (PMDB-RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, trago também a minha saudação, principalmente

como filho do Rio Grande do Sul, à figura de João Leitão de Abreu, lá da Cidade de Cachoeira, uma cidade histórica que deu inúmeros líderes gaúchos a nível nacional. João Leitão de Abreu é uma dessas pessoas que têm a admiração e o respeito de todo o Rio Grande do Sul e do Brasil.

A vida inteira, Sr. Presidente, acostumei-me a ser adversário do Sr. Leitão de Abreu, desde quando, na velha Aliança Democrática no Rio Grande do Sul, no Governo do Dr. Ildo Meneghetti, S. Exa. iniciava a sua vida pública, até quando chamado a exercer importantes e extraordinárias missões a nível nacional, basicamente na Chefia da Casa Civil e como Ministro do Supremo Tribunal Federal. Mas, por mais adversário que tenha sido, por mais que pudesse discordar de João Leitão de Abreu, não se pode deixar de reconhecer que se tratou de um homem íntegro, de um homem de bem, de um homem honesto, de um homem competente, de um homem capaz, de um homem que honrou os cargos por onde passou, pela sua seriedade, pela sua competência, pela sua capacidade e pela dedicação que demonstrava à coisa pública.

O Sr. João Leitão de Abreu merece o nosso respeito, porque nas horas mais difíceis, inclusive ali, no último momento, já eleito Tancredo Neves, S. Exa. ficou e colaborou ativamente na transição do Governo do General Figueiredo para o Governo da Aliança Democrática, que deveria ser de Tancredo Neves e terminou sendo do Presidente José Sarney.

Naqueles momentos a sua presença foi admirável, a sua seriedade, a competência com que fez aquela transição para que ela fosse democrática, para que fosse aberta, para que fosse respeitosa, onde havia muitas interrogações de como seria feita, o que aconteceria, teve muito da garra, da seriedade, do espírito público de João Leitão de Abreu; a tranquilidade pacífica e ordeira como foi feita aquela transição.

E naqueles momentos também mais difíceis da história deste País, sempre, a qualquer hora e em qualquer instante sabíamos que teríamos em João Leitão de Abreu um homem do qual se poderia discordar; mas não se pode dizer nada de algo que foi feito neste País, e do qual se discorde, que tenha tido origem ou responsabilidade de João Leitão de Abreu. Ao contrário, se pode dizer que muitas outras coisas não foram feitas neste País por causa do conselho, da orientação e da seriedade de João Leitão de Abreu.

Jurista, político, homem voltado as suas idéias, a sua filosofia, profundamente amigo dos seus amigos, ainda que introvertido, João Leitão de Abreu nunca mereceu de um opositor, como eu fui, ao longo de toda a sua vida, nem de quem quer que seja, uma palavra mais áspera, uma palavra mais dura, uma crítica mais profunda ao seu comportamento, nos momentos em que estava no auge, nos momentos em que praticamente era um dos poucos civis que tinham acesso às decisões do poder, ou nos momentos em que estava no ostracismo, ou nos momentos da sua dolorosa e longa doença, porque o seu comportamento sempre foi o mesmo, com a mesma seriedade, a mesma introversão, com a mesma vontade de ajudar e de acertar.

É por isso que, neste momento, Sr. Presidente, como Senador, mas de modo muito especial, como homem do Rio Grande do Sul, trago o carinho, o respeito, a admiração, o sentimento do povo daquele Estado às homenagens que esta Casa tão bem presta ao extraordinário homem que foi o Ministro João Leitão de Abreu.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao nobre Senador Júlio Campos.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL — MT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a figura do Ministro João Leitão de Abreu realmente marcou a história brasileira. E, neste instante em que o Senado Federal vota um requerimento para dedicar uma sessão em sua homenagem póstuma, não poderíamos deixar de, também, aprovar esse requerimento que enaltece a figura desse grande brasileiro, desse grande gaúcho, que ocupou os mais relevantes cargos não só no seu Estado como no âmbito federal.

Conheci João Leitão de Abreu há aproximadamente vinte anos, quando ainda jovem, como prefeito municipal de Várzea Grande, iniciando a minha carreira política, procurei o então Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici, e tive na figura do Ministro Leitão de Abreu — homem número um da assessoria do Presidente Médici — a melhor receptividade com relação aos pleitos que o meu município e o meu Estado de Mato Grosso estavam fazendo junto ao Presidente da República à época. Acompanhado do ex-Senador Filinto Müller e outros políticos de Mato Grosso, estive no Palácio do Planalto levando uma série de reivindicações do nosso Estado, cabendo ao Ministro João Leitão de Abreu dar-lhes encaminhamento.

Nesta oportunidade em que o Senado Federal prepara-se para prestar-lhe uma homenagem, queremos, em nome do povo mato-grossense, nos associar a ela e dizer que, como jurista, S. Ex.^a foi um dos batalhadores para que o Estado de Mato Grosso continuasse sendo proprietário da mineração Urucum S.A., localizada no Estado de Mato Grosso do Sul, Município de Corumbá, e que pela Lei Complementar nº 31/69 — que dividiu Mato Grosso em dois Estados — havia uma disputa jurídica de que as ações pertencentes à METAMATE poderiam ser transferidas para o novo governo do Mato Grosso do Sul.

Coube ao Ministro Leitão de Abreu defender, como advogado, a METAMATE e, automaticamente, ao Governo de Mato Grosso, mantendo a decisão de que, realmente, essas ações, por pertencerem à S.A. Mato-grossense, continuariam sendo propriedade do Governo de Mato Grosso.

Posteriormente, como Ministro do Supremo Tribunal Federal, desenvolveu com integridade e honradez aquele cargo do Poder Judiciário, dando dignidade a nossa Corte Suprema.

Mais tarde, como Ministro Chefe da Casa Civil do Governo do então Presidente João Figueiredo, na qualidade de Governador do Estado de Mato Grosso, eleito que fui em 1982, convivi durante dois anos com a figura honrada do Ministro Leitão de Abreu, que substituiu a figura brilhante, inteligente do saudoso Ministro Golbery do Couto e Silva.

Portanto, nesta oportunidade em que se apresenta um requerimento solicitando uma sessão especial em homenagem à figura de Leitão de Abreu, em nome do povo mato-grossense, apóio não só esse pedido do Senador Nelson Carneiro, como, também, presto às minhas homenagens ao grande brasileiro que foi Leitão de Abreu, a quem Mato Grosso e o Centro-Oeste muito devem em virtude do muito que fez pela Nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Prossegue o encaminhamento de votação. (Pausa.)

O Sr. Magno Bacelar — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador Magno Bacelar.

O SR. MAGNO BACELAR (PDT — MA. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em nome do meu Partido, o PDT, e ante as palavras e declarações dos nobres Senadores que me antecederam, mas, sobretudo pela honradez, pelo equilíbrio, pela grande sabedoria jurídica do ex-Ministro Leitão de Abreu, o PDT encaminha favoravelmente o requerimento de pesar.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Prossegue o encaminhamento de votação. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro o encaminhamento.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Mesa, em nome da Casa, se associa a esta homenagem que o Senado Federal tributa ao eminente magistrado e extraordinário homem público Leitão de Abreu e fará o envio de condolências à família enlutada e ao Supremo Tribunal Federal na pessoa do seu Presidente, o ilustre Ministro Sydney Sanches.

Fica, portanto, a homenagem do Senado Federal ao saudoso Ministro Leitão de Abreu.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 813, DE 1992

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Mauro Benevides,

Com fundamento no disposto na alínea a do art. 256, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 395, de 1991, de minha autoria, que “proíbe a outorga de mandato para os fins que menciona”, atualmente em pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sala das Sessões, 17 de novembro de 1992. — Senador **Pedro Simon**.

REQUERIMENTO Nº 814, DE 1992

Requeiro nos termos regimentais, com base no art. 172, inciso I, que sejam enviados para deliberação em Plenário da(s) seguinte(s) proposição(ões):

PLS nº 0344/91 que dispõe sobre o uso de propaganda em bebidas alcóolicas.

Sala das Sessões, de 17 de novembro de 1992. — Senador **César Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Os requerimentos lidos serão incluídos na Ordem do Dia, oportunamente.

Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 159, DE 1992

Dispõe sobre os depósitos de interesse dos diversos serviços sociais da indústria e do comércio.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os depósitos bancários a que se refere o art. 1º do Decreto-Lei nº 151, de 9 de fevereiro de 1967, poderão

ser efetuados em instituições regionais de crédito da União, localizadas na área de atuação das entidades depositantes.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Ao disciplinar os depósitos bancários de interesse dos diversos serviços sociais da indústria e do comércio — Sesi, Sesc, Senai e Senac — o Decreto-Lei nº 151, de 9-3-67, no seu art. 1º, atribuiu ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal a exclusividade para o recebimento dos aludidos depósitos.

Aquelas entidades, como é notório, têm apresentado um tal dinamismo e complexidade no desenvolvimento de seus serviços, relacionando-se com um contingente cada vez maior de pessoas e organismos que a concentração de seus recursos em apenas dois bancos implica uma indesejada limitação, que já não corresponde às necessidades de expansão e diversificação da rede de atendimento ao público com que trabalha.

A diversificação das agências e instituições bancárias com que possam contar para a movimentação dos recursos e disponibilidades financeiras, certamente oferecerá múltiplas opções de facilidade à administração dos respectivos serviços, como também propiciará uma maior eficiência e conforto no atendimento das pessoas com as quais se relacionam.

O projeto ora apresentado, ao tempo em que se propõe a desconcentrar o recolhimento bancário das disponibilidades pertencentes às entidades em apreço, cuida no sentido de que a descentralização dos depósitos se processa para bancos regionais federais, assegurando-se assim, que sejam mantidos em instituições financeiras oficiais recursos que, por disposição, legal, provém, não raro, de dotações ou contribuições de órgãos públicos.

Por outro lado, a medida, se vier a ser aprovada, contribuirá para o fortalecimento dos bancos federais de caráter regional, tais como o Banco da Amazônia, o Banco do Nordeste e o Banco Meridional, além de evitar que capitais financeiros produzidos ou mobilizados pelo esforço dos agentes econômicos e sociais de uma determinada região possam ser desviados para aplicação em outras.

Esse foi, aliás, o posicionamento inequivocamente assumido pelo Constituinte de 1988, quando fez inscrever no texto da Constituição o dispositivo que prevê, na regulamentação do sistema financeiro nacional, sejam estabelecidos "critérios restritivos da transferência de poupança de regiões com renda inferior à média nacional para outras de maior desenvolvimento" (art. 192, VII).

A presente proposta coaduna-se, também, com o princípio constitucional materializado no § 2º do mesmo art. 192 da Carta Magna, onde se estatui que "os recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional, de responsabilidade da União, serão depositados em suas instituições regionais de crédito e por elas aplicados".

Submetemos, pois, este Projeto à elevada consideração dos ilustres pares desta Casa do Congresso Nacional, manifestando a confiança de que a sua conversão em lei significará importante contribuição com vistas ao aperfeiçoamento da administração dos serviços sociais das entidades a que esta proposição se reporta.

Sala das Sessões, 17 de novembro de 1992. — Senador Marco Maciel.

LEGISLAÇÃO CITADA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CAPÍTULO IV Do Sistema Financeiro Nacional

Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, será regulado em lei complementar, que disporá, inclusive, sobre:

VII — Os critérios restritivos da transferência de poupança de regiões com renda inferior à média nacional para outras de maior desenvolvimento;

§ 2º Os recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional, de responsabilidade da União, serão depositados em suas instituições regionais de crédito e por elas aplicados.

DECRETO-LEI Nº 151, DE FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre os depósitos bancários do Sesi, Sesc, Senai, Senac e das entidades sindicais.

Art. 1º As disponibilidades do Serviço Social da Indústria (Sesi), Serviço Social do Comércio (Sesc, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e dos Sindicatos, Federações e Confederações das categorias econômicas o profissionais deverão ser mantidas em depósito exclusivamente no Banco do Brasil S.A. e nas Caixas Econômicas Federais.

Parágrafo único. Excluem-se da obrigatoriedade de que trata o artigo 1º os depósitos dos Sindicatos sediados em localidades onde não existe Agência de um dos estabelecimentos ali, mencionados, assim como aqueles que, excepcionalmente, for indispensável, a qualquer das entidades referidas no artigo, manter nessas localidades, por projeto determinado, para atender ao pagamento de obras em realização ou de serviços prestados.

Art. 2º Os depósitos das entidades mencionadas no artigo 1º existentes, na data da publicação deste decreto-lei, em qualquer outro estabelecimento bancário, ressalvadas as hipóteses dos parágrafos únicos do art. 1º o/deste artigo, serão transferidos para o Banco do Brasil ou para as Caixas Econômicas Federais, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Tratando-se do depósito a prazo será mandito até a data do respectivo vencimento. Quanto aos de aviso prévio, considerar-se-á este efetivado, na data da publicação deste decreto-lei. Em um ou outro caso; vencido o prazo, deverá ser realizada a imediata transferência do depósito previsto no artigo.

Art. 3º A inobservância do disposto nos arts. 1º e 2º e seus parágrafos importará na responsabilidade pessoal do dirigente da entidade, com a aplicação da penalidade administrativa cabível, independente da responsabilidade civil e criminal que resultar de eventuais danos patrimoniais.

Art. 4º O estabelecimento bancário que mantiver depósito existente ou aceitar novo, em desacordo com o disposto nos arts. 1º e 2º e seus parágrafos, ficará sujeito às sanções cabíveis para a infração grave de disposições legais.

Art. 5º Caberá ao Ministério do Trabalho e Previdência Social pelos seus representantes nos Conselhos Fiscais do

SESC e do SENAC e nos Conselhos Nacionais do Sesi e do SENAI, e pelo Departamento Nacional do Trabalho e as Delegacias Regionais do Trabalho, quanto às entidades sindicais, a fiscalização do cumprimento do disposto neste Decreto-Lei.

Art. 6º Caberá ao Banco Central da República do Brasil a fiscalização do cumprimento das disposições deste Decreto-Lei, tocante aos estabelecimentos bancários, inclusive para o efeito da aplicação das sanções previstas no artigo 4º.

Art. 7º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. — **H. Castello Branco** — Presidente da República.

(*A Comissão de Assuntos Econômicos — decisão terminativa.*)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 160, DE 1992

Submete a nomeação do Secretário da Receita Federal à prévia aprovação do Senado Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A nomeação do Secretário da Receita Federal, do Ministério da Fazenda será precedida da aprovação da escolha pelo Senado Federal, por voto secreto, após arguição pública.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O art. 52 inciso III, da Constituição Federal inseriu na competência privativa do Senado Federal a aprovação prévia, por voto secreto, após arguição pública da escolha de magistrados, nos casos estabelecidos na Constituição, Ministros do Tribunal de Contas da União, indicados pelo Presidente da República, de Governador de Território, do presidente e diretores do Banco Central e do Procurador-Geral da República.

A alínea f, do citado inciso III do art. 52 de nossa Carta Política trouxe inovação de grande relevo, ao permitir que o legislador ordinário determine outros cargos, cuja nomeação do titular será precedida da prévia aprovação do Senado Federal, por voto secreto, após arguição pública.

O intento do legislador constitucional é digno de todos os encômios. Em lugar de especificar, em *numerus clausus*, os cargos cuja nomeação teria que passar pelo controle político de uma das Casas do Congresso Nacional, permitiu que a lei ampliasse o elenco fixado nas cinco primeiras alíneas do inciso III do art. 52.

A inclusão, no citado elenco, do Secretário da Receita Federal, é matéria que julgamos de inquestionável validade. A mais alta direção do órgão federal, incumbido de matéria tributária no âmbito da Administração Pública, deve ser ocupada, única e tão-somente, por pessoa de ilibada reputação, de sobejos conhecimentos técnicos.

Um requisito indispensável para o sucesso do Estado no recolhimento de tributos é sem lugar a dúvida, a credibilidade. Não podem pairar questionamentos acerca dos funcionários do Fisco, e muito menos, acerca de sua alta direção.

No momento em que toda a Nação se preocupa com a necessidade de elevação da arrecadação de tributos, entendemos que é também de fundamental importância para o bom êxito das ações que serão encetadas no campo tributário federal, que o cargo de Secretário da Receita Federal e todo

o corpo de funcionários do Fisco alcance a relevância e o lugar destacados que lhe são devidos.

Contamos, assim, com o apoio de nossos pares, para a aprovação deste Projeto no âmbito do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 6 de novembro de 1992. — Senador **Júnia Marise**.

LEGISLAÇÃO CITADA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO IV

Do Senado Federal

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

III — aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

A titulares de outros cargos que a determinar;

(*A Comissão de Assuntos Econômicos — decisão terminativa.*)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Os projetos lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes. Concedo a palavra ao nobre Senador **Júlio Campos**.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL — MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Agora à tarde, na capital do meu Estado, Cuiabá, estará sendo realizada uma reunião no auditório da COHAB - Companhia de Habitação do Estado do Mato Grosso, entre técnicos da Caixa Econômica Federal, da COHAB e entidades de classe das comunidades de bairros, que estarão elaborando um documento para ser trazido a Brasília no próximo dia 23 e entregue ao Presidente da República em exercício, Dr. Itamar Franco.

Neste documento, as entidades de classe dos mutuários estarão fazendo chegar ao Presidente da República uma reivindicação no sentido de barrar os aumentos abusivos das prestações das casas dos conjuntos habitacionais no Brasil.

O Deputado Estadual Edilson Baracat, que foi um dos Diretores da COHAB de Mato Grosso, é o novo coordenador desse movimento comunitário. Se os aumentos das prestações das casas próprias continuarem nesse ritmo, nenhum cidadão que comprou casa nos últimos tempos terá condição de pagá-las. Enquanto o salário no Brasil aumenta de 4 em 4 meses, com uma pequena correção, as prestações hoje aumentam quase que mensalmente em taxas de acordo com a correção monetária.

A prestação de uma pequena casa de apenas 30 metros quadrados, feita pelo Programa PAIH, que se dizia um programa social, hoje atinge a soma abusiva de 350, 400 mil cruzeiros, enquanto que o salário mínimo no nosso País é de cerca de 520 mil cruzeiros.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é impossível o cidadão assalariado brasileiro estar adimplente com a Caixa Econômica, com a COHAB ou com os bancos privados financiadores de casas e apartamentos populares com essa situação. Não é possível gastar 60, 70, até 80% do salário para pagamento das prestações das casas próprias.

Portanto, nesta oportunidade, presto a minha solidariedade aos mutuários do Sistema Financeiro da Habitação. Hoje, ao meio-dia, tivemos uma audiência especial com o Sr. Ministro do Bem-Estar Social, Dr. Jutahy Magalhães Júnior, ocasião em que apresentamos a S.Exª uma série de sugestões para que se resolva o mais rapidamente possível essa situação.

É impossível, da maneira como vêm agindo a Caixa Econômica e, indiretamente, as companhias habitacionais dos Estados, ter o cidadão condições de cumprir com o pagamento dessas prestações.

Além do mais, nesta oportunidade, estamos solidários, também, com o Sr. Governador de Mato Grosso, Jaime Campos, e congratulamo-nos com S.Exª pelo sucesso que obteve em audiência, ontem, com o novo Presidente da Caixa Econômica Federal, Dr. Danilo Castro, quando acertou a decisão de encampar o Conjunto Habitacional Parque Cuiabá, construído pela firma APEMAT.

A situação de seus mutuários, na grande maioria inadimplentes, foi resolvida ontem com essa decisão de fazer com que esse conjunto de mais de mil casas populares, cujas prestações estão acima de um milhão de cruzeiros mensais, seja encampado pela Companhia Habitacional de Mato Grosso e, a partir daí, que uma renegociação desses débitos seja feita entre a COHAB e os mutuários do Parque Cuiabá, principalmente os inadimplentes.

Nesta oportunidade em que falamos de Sistema Financeiro da Habitação, de construção de casas populares, quero registrar prazerosamente a mudança de comportamento na área do hoje Ministério do Bem-Estar Social.

Uma das louváveis decisões tomadas pelo jovem Ministro Jutahy Magalhães Júnior foi no sentido de fazer com que, a partir de agora, haja justiça social na distribuição das verbas daquele Ministério para os Estados e Municípios brasileiros.

Fatos lamentáveis ocorreram no passado; lamentáveis no sentido de que havia discriminação entre os estados brasileiros quando da distribuição de recursos.

Um exemplo a ser citado aqui, já mostrado pelo Sr. Ministro: nos 90 dias que antecederam à gestão do atual responsável pela Pasta, o Estado de Pernambuco - para o qual eu gostaria que fossem destinados bilhões de cruzeiros para os seus programas de ordem social - recebeu do Ministério da Ação Social cerca de 109 bilhões de cruzeiros - verba empenhada e verba liberada - enquanto o Estado de Mato Grosso, que possui problemas sociais tão graves quanto os do Estado de Pernambuco, recebeu apenas 15 bilhões de cruzeiros, dos quais 4 bilhões foram destinados ao Ministério do Exército para a construção de casas de madeira para os militares que servem na Guarnição Federal de Cuiabá; apenas 11 bilhões chegaram aos municípios daquele Estado. Comprometendo ainda a atuação daquele Ministério, cito que o Estado do Espírito Santo foi contemplado com 30 bilhões de cruzeiros. Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, isso não é possível, uma vez que representamos e defendemos uma Federação, uma unidade federativa.

Cada Ministro, ao invés de ver o Brasil por um prisma único, ao invés de ver o Brasil como uma Nação, vê apenas o seu próprio Estado e os seus interesses político-partidários.

Na manhã de hoje, o Ministro affiançou-me - a mim e aos que lá estiveram - que, a partir de agora, haverá distribuição de recursos proporcional à população de cada Estado, aos recursos não recebidos nos últimos anos e aos problemas sociais de cada Estado.

Parabenizo a atuação do Ministro Jutahy Magalhães Júnior e da sua equipe por nos ter garantido que não haverá

discriminação político-partidária, muito menos discriminação de cunho regional.

Nada tenho contra o Nordeste; ao contrário, desejo que o Nordeste seja região mais próspera, mais feliz, mais engrandecida. No entanto, não posso admitir, de maneira alguma, que Estados como o nosso, que é o grande sustentáculo da produção agrícola deste País, venha a ser discriminado, como o foi no passado recente por vários Ministérios do Governo Federal.

Para que os Srs. Senadores tenham idéia, no Governo passado nenhuma obra federal foi construída em meu Estado. E a única obra federal que estava em andamento em Mato Grosso - Usina Hidrelétrica do Rio Manso, lançada no final do Governo Presidente José Sarney - foi paralisaada; até hoje não tem prognóstico de quando será reativada.

Congratulo-me, nesta oportunidade, com o Presidente Itamar Franco e com novo Ministro do Bem-Estar Social, Jutahy Magalhães Júnior pela atitude de evitar a discriminação entre os Estados brasileiros. Quero ainda fazer um apelo no sentido de que todos os demais Ministros de Estado, todos os dirigentes de órgãos federais tenham o mesmo comportamento do Ministro do Bem-Estar Social, Jutahy Magalhães Júnior.

Muito obrigado.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Almir Gabriel — Aureo Mello — Eduardo Suplicy — Garibaldi Alves — Hydekell Freitas — Iram Saraiva — Juvêncio Dias — Lavoisier Maia — Nabor Júnior — Nelson Carneiro — Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Presentes na Casa 61 Srs. Senadores.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 73, DE 1992

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 64, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 375, inciso VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 73, de 1992 (nº 107/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Jet - Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na Cidade de Teresina, Estado do Piauí, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Bello Parga.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, há mais de um mês, alguns Senadores e eu discutimos este Projeto de Decreto Legislativo de concessão de uma rádio em Teresina.

Sr. Presidente, não se trata de teimosia; trata-se da defesa de um princípio no qual acreditamos, trata-se da necessidade

de procurarmos fazer com que os Srs. Senadores manifestem-se a respeito da democratização dos meios de comunicação em nosso País. Há algum tempo, venho fazendo força para que o Congresso, pelo menos, deixe de permitir novas concessões a quem já possui esses meios de comunicação.

Não me atrevo a falar do passado, ou seja, de quem já possui várias concessões de rádio e de televisão, de quem já tem um *pool* desses meios de comunicação, mas gostaria de fazer com que, a partir de agora, evitássemos conceder emissoras a quem já as possui.

Nessa última eleição, Sr. Presidente, vimos como é difícil lutar contra os que têm o poder de praticamente fazer com que a opinião pública seja levada a manifestar-se a favor de determinado candidato.

Posso falar com tranquilidade - não é choro de derrotado, embora muitas vezes os derrotados venham protestar contra abusos cometidos durante a eleição - porque, em Salvador, tivemos uma bonita vitória sobre o candidato do Governador Antônio Carlos Magalhães: lá foram cometidos os maiores abusos por parte da TV Bahia, de propriedade dos familiares do Sr. Governador do Estado. Basta dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que, no último dia da campanha, véspera da eleição, o PSDB conseguiu que a Justiça concedesse uma liminar para evitar a divulgação de imagens do candidato adversário; na véspera, havia ocorrido fato semelhante.

A liminar foi entregue na TV Bahia e recebida com ironia.

No horário nobre da televisão, não satisfeitos de gerarem a imagem do candidato com o locutor falando sobre as possibilidades de vitória daquele candidato, por dois minutos e meio, o Sr. Governador do Estado ocupou a televisão para fazer um comício em favor do seu candidato. E sob às vistas da Justiça, sob o silêncio da Justiça baiana que, infelizmente, não é isenta o suficiente para evitar que isso ocorra no meu Estado.

Srs. Senadores, às vésperas da eleição, o Governador foi à televisão dizer que o seu candidato é o melhor dos dois e que, se a candidata da oposição ganhasse as eleições, ele não daria nenhuma assistência e o município iria passar dificuldades, porque o Governo Federal está falido e não pode ajudar a prefeita, sua adversária; ameaçou a população de que a cidade de Salvador ficaria na miséria se a candidata adversária fosse eleita. O Governador dizia exatamente o seguinte: "Um dia vai representar quatro anos de sofrimento para a população!" Eram essas as expressões dele.

Alguém tem que se manifestar a esse respeito. As ações estão na Justiça, a liminar é concedida, é desrespeitada e fica tudo por isso mesmo.

Por isso, Sr. Presidente, venho me batendo, cada dia mais, contra a possibilidade de alguém deter o controle dos meios de comunicação em cada estado.

Vejam V. Ex^{ma}, de Norte a Sul do País, nos estados em que determinadas famílias ou determinados empresários mantêm o controle dos meios de comunicação, esses estados já estão sofrendo em decorrência desse poder, quase que absoluto, de determinada pessoa ou de determinada família.

E nós estamos, com a nossa omissão, sendo coniventes com esses fatos. Esta é a razão da minha luta nesse caso da Rádio Jet, da empresa Jet, lá do Piauí. Isso vai resolver o problema nacional? Não. Mas seria o primeiro passo do Congresso Nacional para se evitar essa concentração de força dos meios de comunicação na mão de alguém.

Não podemos ficar aqui dizendo que estamos votando; vamos continuar votando porque já o fizemos no passado,

concedendo centenas de concessões de rádios e televisões; se nós votamos no passado não podemos evitar, agora, que isso ocorra.

Por isso, Sr. Presidente, vou apresentar, dentro de poucos dias, um projeto de lei. Não tenho ilusão quanto ao andamento desse projeto. Sei que aqui é necessário que se mantenha o *status quo* dos meios de comunicação, porque isso interessa às elites que controlam os meios de comunicação.

Por que mudar aquilo que está dando certo para eles?

Vou fazer uma proposta, Sr. Presidente, baseada na legislação dos Estados Unidos, da Espanha e da Itália. Se o Congresso quiser examinar a proposta e levá-la adiante, ótimo! Pelo menos, terei a consciência de que, apoiado por vários companheiros, estamos apresentando uma proposição para ser examinada, estudada e melhorada pelos Srs. Senadores e, depois, pela Câmara dos Deputados, se passar pelo Senado.

Por essa razão, Sr. Presidente, quando V. Ex^a colocar em votação a matéria, vou pedir, mais uma vez, verificação de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Em votação o projeto em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Sr. Presidente, peço verificação de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Queira V. Ex^a indicar o nome de três Senadores que apóiam o requerimento.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Senadores Almir Gabriel, Epitácio Cafeteira, Esperidião Amin, Mário Covas, José Paulo Bisol e Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Será feita a verificação de *quorum* solicitada.

A Presidência pede aos Srs. Senadores que tomem assento nos seus respectivos lugares.

Enquanto os Srs. Senadores tomam assento nas respectivas bancadas, a Presidência saúda o retorno a este plenário do nobre Senador Eduardo Suplicy, após cumprir uma jornada político-eleitoral na Capital do seu Estado, São Paulo. E o fez realmente com a maior dignidade. Saudamos, portanto, o retorno do Senador Eduardo Suplicy às suas atividades no plenário desta Casa, onde, certamente, continuará a defender os interesses maiores do povo brasileiro.

O Sr. Eduardo Suplicy — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Agradecendo as palavras do Presidente Mauro Benevides, aproveito a oportunidade para registrar que procurei fazer tudo aquilo que estava ao meu alcance e agradecer o extraordinário apoio que obtive de mais de dois milhões de eleitores em São Paulo. Aproveito também a oportunidade para registrar a seguinte mensagem que encaminho ao meu adversário, Paulo Salim Maluf: "Cumprimos-o por sua eleição. No Senado, estarei sempre disposto a colaborar com o interesse maior do povo e da Cidade de São Paulo." (Palmas.)

O Sr. Esperidião Amin — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra, pela ordem, a V. Ex^a.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PDS — SC) — Na condição de Líder da Bancada do PDS no Senado, eu não posso deixar de assinalar não apenas a altanaria do gesto do nobre Senador Eduardo Suplicy, ao tornar pública a sua manifestação, mas quero também, como seu adversário que sempre o tratou e por S. Ex^a sempre foi tratado com distinção e respeito, assinalar que o maior de todos os colégios eleitorais, nessa eleição, no Município de São Paulo, registrou uma pugna, uma disputa que ajudou pelo seu vulto, pela qualidade dos que ali porfiaram, um momento de elevação e amadurecimento da democracia brasileira. A circunstância de o vitorioso pelas urnas, pelo voto da democracia, ser um correligionário nosso, ser o Presidente do nosso Partido, torna necessária esta observação, e eu a faço — saiba V. Ex^a — com profundo respeito ao serviço que prestou à democracia, não apenas o vitorioso, Paulo Maluf, mas V. Ex^a, o seu Partido e todos aqueles que mourejaram com lealdade ao seu lado.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y — Agradeço as palavras de V. Ex^a. Fiz críticas severas de natureza política ao meu adversário, mas tenho a certeza de que a democracia se fortaleceu nessas eleições. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Os Anais da Casa registrarão os gestos dos nobres Senadores Esperidião Amin e Eduardo Suplicy, gestos que evidenciam, sobretudo, um arraigado sentimento democrático, tendo por inspiração a recente eleição municipal realizada na capital paulistana.

O Sr. Eduardo Suplicy — Agradeço as palavras de V. Ex^a. Fiz críticas severas de natureza política ao meu adversário, mas tenho a certeza de que a democracia se fortaleceu nessas eleições. Muito obrigado.

(Procede-se à votação.)

VOTAM "SIM" OS SENHORES SENADORES.

Bello Parga
Francisco Rollemberg
Gerson Camata
Irapuan Costa Júnior
Jarbas Passarinho
João Calmon
Júlio Campos
Júnia Marise
Levy Dias
Ney Maranhão
Pedro Simon

VOTAM "NÃO" OS SENHORES SENADORES:

Almir Gabriel
Antonio Mariz
Eduardo Suplicy
Esperidião Amin
Hydekel Freitas
Jutahy Magalhães
Lavoisier Maia
Mário Covas
Nelson Wedekin
Paulo Bisol
Ruy Bacelar

ABSTÉM-SE DE VOTAR O SENHOR SENADOR:

Epitácio Cafeteira

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Todos os Srs. Senadores já votaram? (Pausa.)

Vou proclamar o resultado.

Votaram SIM 11 Srs. Senadores; e NÃO 11.

Houve 1 abstenção.

Total: 23 Srs. Senadores presentes.

Não houve quorum.

A Presidência vai suspender a sessão por 10 minutos, acionando as campanhas para a chamada dos Srs. Senadores a plenário.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h40min, a sessão é reaberta às 15h50 min.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Está reaberta a sessão.

Vai-se proceder à verificação de votação.

A Presidência pede a todos os Srs. Senadores que tomem assento em seus respectivos lugares.

A Presidência lembra, antes de proceder realmente à apuração dos votos, que, hoje, às 19 horas, será realizada sessão do Congresso Nacional para discussão e votação da Medida Provisória n^o 309, que altera a estrutura administrativa do Poder Executivo.

Na sessão de ontem, o requerimento de um dos Parlamentares presentes impediu que a sessão se instalasse. A Presidência espera que, tendo em vista a proximidade do termo do prazo de vigência da medida provisória referenciada, tenhamos condições, hoje, de realizar sessão normal do Congresso Nacional.

(Procede-se à votação.)

VOTAM "SIM" OS SENHORES SENADORES:

Bello Parga
Francisco Rollemberg
Gerson Camata
Irapuan Costa Júnior
Jarbas Passarinho
João Calmon
Júnia Marise
Juvêncio Dias
Levy Dias
Lucídio Portella
Pedro Simon

VOTAM "NÃO" OS SENHORES SENADORES:

Almir Gabriel
Antônio Mariz
Eduardo Suplicy
Esperidião Amin
Hydekel Freitas
José Richa
Jutahy Magalhães
Lavoisier Maia
Mário Covas
Nelson Wedekin
Paulo Bisol
Ruy Bacelar

ABSTÉM-SE DE VOTAR O SENHOR SENADOR:

Epitácio Cafeteira

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Todos os Srs. Senadores já votaram? (Pausa.)

Vou proclamar o resultado:

Votaram SIM 11 Srs. Senadores; e NÃO 12.

Houve uma abstenção.

Total de votos: 24.

Não há **quorum** para votação. Em consequência, a matéria fica adiada. Também ficam adiados os itens 2, 3 e 6 da pauta.

São os seguintes os itens cuja votação fica adiada:

— 2 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 74, DE 1992

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 64, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 375, inciso VIII, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 1992 (nº 127/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio A Voz de São Pedro Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de São Pedro, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Beni Veras.

— 3 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 75, DE 1992

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 64, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 375, inciso VIII, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 1992 (nº 140/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Rural de Muzambinho Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Muzambinho, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Beni Veras.

— 6 —

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 318, DE 1991
COMPLEMENTAR**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 318, de 1991-Complementar, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que determina os casos em que forças estrangeiras possam transitar pelo território nacional ou nele permanecer temporariamente, mediante permissão do Presidente da República, independente da autorização do Congresso Nacional, nos termos do disposto nos arts. 21, inciso IV; 49, inciso II; e 84, inciso XXII, da Constituição Federal, tendo

Parecer, sob nº 285, de 1992, da Comissão

— De Relações Exteriores e Defesa Nacional, favorável ao Projeto com Emendas que apresenta de nºs 1 a 3-CRE, e voto em separado do Senador Jarbas Passarinho.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - A Presidência registra o comparecimento em plenário do nobre Senador

Hugo Napoleão, Ministro das Comunicações, do Governo Itamar Franco. A Casa ressenha-se da sua falta, mas o seu suplente aqui está, participando com brilho dos trabalhos do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 4:

— 4 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 1991

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 1991 (nº 211/91, na Casa de origem), que acrescenta dispositivos ao art. 18 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, cometendo aos municípios competência para a execução de serviços de planejamento familiar. (Dependendo de parecer.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães, para proferir parecer sobre o projeto e a emenda.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, este projeto encontrava-se na Comissão de Assuntos Sociais, e foi solicitada a sua inclusão na Ordem do Dia por ser um assunto de magna importância, que merece não só a atenção da Casa, mas rapidez na tramitação do projeto.

De autoria dos Srs. Deputados Said Ferreira e Delcino Tavares, é submetido à apreciação do Senado Federal o Projeto de Lei da Câmara nº 100/91, aprovado por aquela Casa Legislativa, que acrescenta dispositivos ao art. 18 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, cometendo aos municípios competência para a execução de serviços de planejamento familiar.

O projeto em estudo acrescenta a alínea f ao inciso IV do art. 18 da Lei nº 8.080/90, com o objetivo de incluir o planejamento familiar entre os serviços a serem executados pela direção municipal do Sistema Único de Saúde — SUS.

O § 1º do art. 1º do projeto veda qualquer tipo de correlação com metas demográficas nas ações e serviços de planejamento familiar.

O § 2º estabelece que as ações e serviços de saúde correspondentes ao planejamento familiar devem fazer parte indissociável do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher — PAISM, do Ministério da Saúde.

Já o § 3º veda a realização de convênios e contratos de prestação de ações e serviços entre órgãos oficiais do Sistema Único de Saúde — SUS, e entidades privadas de planejamento familiar, dispondo que os recursos necessários a essas ações e serviços devam ser alocados nos Orçamentos federal, estaduais e/ou municipais.

O § 7º do art. 226 da Constituição Federal estabelece:

“Art. 226.

§ 7º — Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.”

A Constituição, ao estabelecer que o planejamento familiar é livre decisão do casal, inclui o homem como parte da decisão. Esta premissa não está contemplada no projeto de lei.

Por outro lado, a assistência à saúde da mulher constitui um programa do setor de saúde do Governo que abrange o tratamento e prevenção do câncer, da esterilidade feminina, de distúrbios circulatórios, de pré-natal e atendimento ao parto etc. O planejamento familiar já se enquadra nos objetivos desse programa. Do ponto de vista legislativo, não parece conveniente a citação de nomes de programas, uma vez que eles são passíveis de mudança ao longo do tempo.

O atual Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, do Ministério da Saúde, já inclui dispositivos normatizadores das atividades de planejamento familiar.

Observa-se que a proposição atende aos pressupostos de constitucionalidade e juridicidade e acha-se redigida de acordo com as regras da técnica legislativa.

Em face do exposto, manifestamo-nos pela aprovação da proposição sob exame, com a seguinte emenda, que dá nova redação ao § 2º do art. 1º do PLC nº 100, de 1991:

EMENDA

Dê-se ao § 2º do art. 1º do PLC nº 100, de 1991, a seguinte redação:

Art. 1º

§ 2º — As ações e serviços de saúde correspondentes ao planejamento familiar executados pelos municípios devem fazer parte indissociável a um programa de assistência integral à saúde da mulher, do Ministério da Saúde, assegurada a participação como indivíduo ou como casal.

O parecer é pela aprovação.

Sr. Presidente, foi apresentada uma emenda, em plenário, por parte do nobre Senador Divaldo Suruagy, e, após exame da proposta, este Relator manifesta-se por sua rejeição.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Em discussão o parecer do Relator Jutahy Magalhães. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a votação fica adiada por falta de quorum.

O Sr. Ronan Tito — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ronan Tito.

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, é uma solicitação.

Está programada para quinta-feira a viagem do Presidente Itamar Franco à Somália.

Estamos todos assistindo pela televisão — nós todos que dizemos ser da chamada civilização ocidental e cristã — contristados, às vezes até revoltados, ao drama por que passa esse país.

Gostaria de sugerir a Sua Excelência que levasse consigo, para a Somália, as sessenta mil toneladas de leite em pó que importamos desnecessariamente e que está quebrando a pecuária de leite brasileira. O lugar desse leite, que não sabemos onde guardar, Sr. Presidente — sei bem é o estômago daquelas crianças famintas da Somália. E mais do que isso, que Sua Excelência possa levar também os nossos armazéns que, mercê de uma boa colheita, estão cheios de milho, soja e arroz.

Sr. Presidente, sei que também existe fome e miséria aqui dentro. Mas a preocupação do político deve ser com

o homem, com a pessoa humana, não importa a cor da pele; os nossos irmãos da Somália, neste instante, necessitam não só da nossa preocupação, do nosso contristamento, das nossas condolências, mas, muito mais do que isso, da nossa solidariedade.

De início, que vão as 60 mil toneladas de leite que aí estão mofando em nossos armazéns, o que não tem sentido! O leite entrou no Brasil num momento em que ocorreu um fato que nunca antes havia ocorrido: sobrava leite *in natura* na seca e, ainda assim, importávamos 60 mil toneladas de leite. Vamos utilizar esse leite da maneira mais sensata possível.

Esta é a sugestão que envio ao Presidente da República. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 5:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 64, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, d, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 64, de 1992, de iniciativa da Comissão Diretora, que estabelece a Estrutura Administrativa Básica do Senado Federal, e dá outras providências. (Dependendo de pareceres sobre a emenda de Plenário.)

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 815, DE 1992

Requeremos, nos termos da alínea c, do parágrafo único do art. 352 do Regimento Interno, a extinção da urgência concedida ao Projeto de Resolução nº 64, de 1992, que estabelece a Estrutura Administrativa Básica do Senado Federal e dá outras providências.

Sala das Sessões, 17 de novembro de 1992. — Senador **Mansueto de Lavor**, Vice-Líder no exercício da Liderança do PMDB — **Esperidião Amin**, Líder do PDS — **Ney Maranhão**, Líder do PRN.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A discussão do projeto fica sobrestada por falta de quorum para a votação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Affonso Camargo. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Raimundo Lira. (Pausa.)

S. Exa. não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão. (Pausa.)

S. Exª não está presente. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Marcio Lacerda.

O SR. MARCIO LACERDA (PMDB — MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, inevitavelmente, Sr. Presidente, o cinema é a arte do século vinte. Enquadra-se, por essa razão, naquilo que o grande filósofo desta centúria, Ortega Y Gasset, caracterizou como o "Fenômeno do cheio", ou seja, o fenômeno de demanda no qual intervém um grande contingente populacional. É claro

que essa procura de elevadas proporções pela arte cinematográfica confere ao cinema um significado econômico de relevo.

Mas não só por essa razão, Sr. Presidente, a cinematografia constitui uma categoria econômica de porte não desprezível. É que nele — no cinema — observa-se uma conjugação singular e inovadora da arte com a indústria, antes inexistente, à exceção, é claro, da música e da discografia.

Talvez, se tivesse podido perceber a importância econômica do cinema como fenômeno de massa, Ortega Y Gasset teria escrito, em tonalidades mais cruciantes, o seu magnífico ensaio em "A Rebelião das Massas".

Arte e indústria são facetas indissociáveis do cinema. Nele, nobres Senadoras e preclaros Senadores, junta-se a complexidade tecnológica à criação estética a se expressarem nos estúdios sofisticados, nos equipamentos modernos de luz, de filmagem, de revelação e nas tão complexas quanto custosas tecnologias de distribuição e financiamento da produção.

O cinema — não podemos deixar de considerar — também constitui um fenômeno político-social. Ele age sobre o psiquismo das massas, moldando-lhe o caráter por seu alto poder de influência. Traça-se, a bem da verdade, de fascinante e poderoso instrumento que, por sua linguagem universal, alcança amplo número de pessoas, das iletradas às mais refinadas mentes que o saber e a cultura produzem.

Imagem, então, esse poderoso veículo de comunicação posto a serviço de uma vontade nacional, na difusão de valores históricos, artísticos e culturais.

Causa-nos perplexidade, assim, que o Brasil o despreze. Relega-o ao abandono, que nada mais significa do que a abertura das nossas fronteiras culturais não ao imprescindível e arejado intercâmbio de idéias, mas à "desaculturação" pernicioso. Ao mesmo tempo, pagamos preços elevados pela própria descaracterização dos nossos mais sagrados valores.

Que estranha forma de masoquismo é essa, Sr. Presidente, que faz sangrar à riqueza nacional nos volumes enormes de royalties que pagamos pelos interesses alienígenas que nos impõem? Por que temos que frequentar essa universidade do crime, da violência e do consumismo mais desavergonhado?

Por que renunciar a essa enorme fonte de lucros, transferindo-a para o seio do capital mais selvagem, descompromissado com um imprescindível mundo de paz e concórdia, quando poderíamos torná-la vantajosa fonte de educação em nosso próprio benefício?

Há que se pensar essa questão no contexto de uma imprescindível política cultural. Nela, entretanto, não podem estar divorciadas as dimensões educativa, cultural e econômica. Há um amplo mercado consumidor da sétima arte representado não só pelas salas de espetáculos, mas, com igual ou maior intensidade, pelos cineclubes, pela televisão e pelos vídeos que hoje invadem milhões de lares.

Não basta, para isso, caríssimos colegas, que se criem fundos financiadores da produção cinematográfica como antigamente. Não, não devemos voltar a essa etapa vergonhosa da distribuição equivocada de recursos públicos a fundo perdido que, em muitos casos, financiou o desprezível, o lixo da cultura, quando não alimentou vícios ou financiou automóveis e apartamentos de luxo para uns poucos beneficiários.

Há que se criar um mecanismo financiador no seio de uma verdadeira política cinematográfica, que se sustente no seu porte econômico e na valorização da cultura brasileira. Há que se estabelecer as diretrizes de modo a alcançar todas as etapas, desde o ato criador até o produto cinematográfico.

Tudo isso, é claro, deve ser implantado à luz meridiana de critérios justos, sem favorecimentos, com o rigoroso controle da sociedade.

Assim procedem, Sr. Presidente, as nações européias com o seu cinema. E é desse modo que o Brasil deve fomentar a sua indústria cinematográfica. Protegendo-a, sobretudo, como mecanismo captador de divisas escassas, como instrumento de ocupação de mão-de-obra e, principalmente, como meio de defesa e difusão dos valores de nossa singular cultura tropical.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã, a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 73, DE 1992

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 64, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 375, inciso VIII, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 73, de 1992 (nº 107/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Jet — Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na cidade de Teresina, Estado do Piauí tendo:

PARECER favorável, proferido em Plenário. Relator: Senador Bello Parga.

— 2 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 74, DE 1992

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 64, § 2º, do Regimento Interno, combinado com o art. 375, inciso VIII, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 1992 (nº 127/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio A Voz de São Pedro Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de São Pedro, Estado de São Paulo, tendo:

PARECER favorável, proferido em Plenário. Relator: Senador Beni Veras.

— 3 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 75, DE 1992

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 64, § 2º, da Constituição, combinado com o art. 375, inciso VIII, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 1992 (nº 140/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Rural de Muzambinho Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Muzambinho, Estado de Minas Gerais, tendo:

PARECER favorável, proferido em Plenário. Relator: Senador Beni Veras.

— 4 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 100, DE 1991

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, "c", do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 1991 (nº 211/91, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo ao art. 18 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, cometendo aos municípios competência para a execução de serviços de planejamento familiar, tendo:

PARECER, proferido em Plenário. Relator: Senador Jutahy Magalhães, favorável ao Projeto, com Emenda que apresenta, e contrário à Emenda, apresentada perante a Comissão de Assuntos Sociais.

— 5 —

PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 64, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "d", do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 64, de 1992, de iniciativa da Comissão Diretora, que estabelece a Estrutura Administrativa Básica do Senado Federal, e dá outras providências. (Dependendo de Pareceres sobre a Emenda de Plenário.)

(Dependendo da votação do Requerimento nº 825, de 1992, de extinção da urgência.)

— 6 —

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 318, DE 1991-Complementar

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 318, de 1991-Complementar, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que determina os casos em que forças estrangeiras possam transitar pelo território nacional ou nele permanecer temporariamente, mediante permissão do Presidente da República, independente da autorização do Congresso Nacional, nos termos do disposto nos arts. 21, inciso IV, 49, inciso II e 84, inciso XXII, da Constituição Federal, tendo

PARECER, sob nº 285, de 1992, da Comissão

— De Relações Exteriores e Defesa Nacional, favorável ao Projeto com Emendas que apresenta de nº 1 a 3-CRE, e voto em separado do Senador Jarbas Bassarinho.

— 7 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 71, DE 1992

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão Diretora em seu Parecer nº 354, de 1992) do Projeto de Decreto Legislativo nº 71, de 1992 (nº 178/92, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos do (1) Tratado de Extradicação, (2) Tratado sobre Cooperação Judiciária em Matéria Penal, e (3) Tratado Relativo à Cooperação Judiciária e ao Reconhecimento Recíproco de Sentenças em Matéria Civil, entre os Governos do Brasil e o da Itália, assinados em Roma, em 17 de outubro de 1989.

— 8 —

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 77, DE 1992

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão Diretora em seu Parecer nº 355, de 1992) do

Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 1992 (nº 161/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação nos campos da Ciência e Tecnologia, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coreia, em Seul, em 8 de agosto de 1991.

— 9 —

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 243, DE 1991

(Incluído, em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno.)

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nº 252 e 291, de 1991, e 69, de 1992.)

De autoria da Senadora Marluce Pinto, que altera dispositivos da Lei nº 5.682, de 21 de junho de 1971 — Lei Orgânica dos Partidos Políticos, tendo:

PARECER, proferido em Plenário. Relator: Senador Jutahy Magalhães, pela prejudicialidade do Projeto. (Dependendo de parecer.)

— 10 —

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 252, DE 1991

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno.)

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nº 243 e 291, de 1991, e 69, de 1992.)

De autoria do Senador Marco Maciel, que dispõe sobre Sistema de Partidos Políticos e dá outras providências. (Dependendo de parecer.)

— 11 —

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 291, DE 1991

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno.)

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nº 243 e 252, de 1991, e 69, de 1992.)

De autoria do Senador Francisco Henrique Cardoso que regulamenta os §§ 2º e 3º do art. 17 da Constituição Federal, dispondo sobre o Registro dos Estatutos Partidários no Tribunal Superior Eleitoral, os recursos do fundo partidário e o acesso gratuito aos meios de comunicação. (Dependendo de parecer.)

— 12 —

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 69, DE 1992

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno.)

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nº 243, 252 e 291, de 1991.)

De autoria do Senador Nelson Wedekin, que altera o art. 118, da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, acrescentando o § 2º, que dispõe sobre a faculdade do Partido Político celebrar acordos com as redes de rádio e televisão para a divulgação do horário eleitoral gratuito. (Dependendo de parecer.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 5 minutos.)